

LA

LÓTUS

ÁSIA EM FOCO

2026

BOLETIM LÓTUS: ÁSIA EM FOCO

O Boletim Lótus: Ásia em Foco é uma publicação do Laboratório de Estudos da Ásia (LAB.ÁSIA- UERJ), que concentra análises relacionadas ao continente asiático com periodicidade bianual. A publicação reúne textos elaborados por pesquisadores vinculados ao laboratório, dos níveis de graduação e pós-graduação, bem como por pesquisadores convidados, tendo o objetivo de oferecer ao público informações acessíveis e com qualidade técnica e científica a respeito da Ásia e suas interlocuções com o Brasil. O boletim conta com uma estrutura fixa que contempla artigos de opinião, ligados às linhas de pesquisa do Lab.Ásia, textos de celebração, divulgação de aspectos históricos, culturais e relacionais de países asiáticos e suas relações com o Brasil e uma seção dedicada ao Núcleo de Extensão em Relações Brasil-China (NERBC), projeto de extensão sob o guarda-chuva de atividades do laboratório. É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editoras Executivas

Alana Camoça
Joyce Helena Ferreira
Matheus Requena

Conselho Editorial

Alana Camoça (UERJ)
Daniel Kosinski (UERJ)
Dominique Marques de Souza (UERJ)
Joyce Helena Ferreira (UERJ)
Renan Holanda Montenegro (UFPE)

Editoria de Redação

Alana Camoça
Alanna Itajahy
Ana Carolina Gomes
Daniel Kosinski
Dominique Marques
Júlia Lameiras
Luísa Azevedo
Maria Luisa Serra
Martha Nummer
Matheus Requena
Octávio Oliveira
Pablo Vicente
Pedro Mendes Martins
Teodora Maicá

Laboratório de Estudos da Ásia <https://labasia.ifch.uerj.br/>

Departamento de Relações Internacionais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rua
São Francisco Xavier 524, - Maracanã Rio de Janeiro – RJ

Junho 2026

INTRODUÇÃO AO BOLETIM

Sobre o *LÓTUS: ÁSIA EM FOCO*

O **BOLETIM LÓTUS** é uma publicação do Laboratório de Estudos da Ásia (LabÁsia) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fundado em 2023 e vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o LabÁsia é um grupo interdisciplinar de pesquisa e extensão ancorado no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ. Com o continente asiático como eixo analítico central, o laboratório reúne pesquisadores em diálogo com universidades nacionais e internacionais, comprometendo-se com a produção e a difusão de

conhecimento científico acerca de temas que se relacionam com a Ásia. A atuação do Lab.Ásia se organiza em quatro linhas de pesquisa: Economia Política Internacional; Política Externa e Segurança no Leste Asiático; Mídia, Cultura e Sociedade no Leste Asiático; e Dinâmicas das Relações Brasil-China. A partir desse arcabouço, investigam-se temas como relações Estado-mercado, comércio internacional, cooperação, análise de política externa, geopolítica, manifestações culturais e midiáticas, entre outros.

SEÇÕES

Ásia em Foco

A presente edição reúne quatro artigos de opinião que, a partir de diferentes recortes temáticos, convergem para uma leitura plural e crítica sobre as dinâmicas centrais da Ásia contemporânea.

O leitor encontrará análises sobre o 15º Plano Quinquenal da China e seus desdobramentos estratégicos; sobre a geopolítica do Estreito de Ormuz em um momento de crescente instabilidade em nível internacional; sobre as transformações na política de defesa japonesa sob o governo Takaichi; e, por fim, sobre a guerra do Irã como nexos energético da nova geoestratégia global dos Estados Unidos.

Os textos buscam iluminar tensões que redefinem não apenas o continente

asiático, mas a própria arquitetura do sistema internacional contemporâneo!

Passado e Presente

Esta seção é um convite ao encontro e à reflexão. A cada edição dedicamos este espaço a explorar as relações entre o Brasil e os países asiáticos, trazendo apontamentos gerais sobre seus laços históricos, marcos diplomáticos e trocas culturais, bem como temos objetivo de destacar datas e acontecimentos importantes em alguns países asiáticos.

Seja para revelar conexões que nem sempre aparecem nos livros, seja para lembrar datas e histórias que merecem não ser esquecidas, este espaço existe para aproximar que o que

parece distante está mais próximo do que imaginamos!

Na nossa primeira edição trazemos reflexões para pensar as relações Brasil–Coreia do Norte que celebram 25 anos de 2026, buscamos trazer interpretações sobre o país asiático e como se desenvolveu essas relações nos últimos anos.

Conexões Brasil-China: conectando horizontes

Esta seção é o espaço do Núcleo de Extensão das Relações Brasil-China da UERJ.

A cada edição, trazemos informações, análises e curiosidades sobre a China e sobre os laços que

unem e às vezes tensionam as relações entre os dois países. Buscamos, então, construir diálogos acerca das relações culturais, das histórias e muito mais, reforçando a necessidade de pensar as conexões entre ambos os países.

Nesta edição, os extensionistas dedicam-se a explorar elementos gerais das relações diplomáticas entre ambos os países!

Entender a China é, cada vez mais, uma forma de entender o Brasil e o mundo em que vivemos!



A ÁSIA EM FOCO.

O MUNDO EM PERSPECTIVA.

BEM VINDO À LOTUS.

ESTRUTURA

1 Ásia em Foco: Artigos de Opinião/Conjuntura;

13

•

2 Passado e Presente: Um espaço de celebração e divulgação de aspectos históricos, culturais e relacionais de países asiáticos no mundo;

53

•

3 Conexões Brasil-China

64

•

Convidamos a todos a lerem e engajarem com os temas discutidos na presente edição!

Junho 2026



PREFÁCIO

Vida longa ao Boletim do LabÁsia!

Renan Holanda Montenegro

É com grande alegria que escrevo estas linhas para a edição inaugural do Boletim do LabÁsia. Ao lado de competentes colegas docentes e discentes, tive a honra de participar das atividades inaugurais do Laboratório, nos idos de 2023, quando o projeto dava seus primeiros passos no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desde então, o LabÁsia consolidou-se como um importante espaço de reflexão, produção de conhecimento e formação crítica em torno das múltiplas dimensões da Ásia contemporânea. Naqueles momentos iniciais, realizamos grupos de estudo, seminários, palestras, sessões de cinema e diversas atividades de intercâmbio intelectual voltadas à compreensão dos processos políticos, econômicos, históricos e culturais que atravessam o continente asiático.

Hoje, passados três anos, a ampliação das frentes de atuação do Laboratório revela não apenas a maturidade institucional alcançada pelo projeto, mas também o destaque da UERJ nos debates de fronteira em tempos de profundas transformações sistêmicas. Compreender a Ásia tornou-se uma exigência incontornável para qualquer análise consistente da ordem internacional hodierna. Há algumas décadas, o continente consolidou-se como eixo dinâmico da acumulação no capitalismo global, concentrando cadeias produtivas altamente integradas, elevada capacidade tecnológica e protagonismo geoeconômico.

A região ocupa posição central em setores estratégicos como semicondutores, inteligência artificial, terras raras, infraestrutura digital e transição energética, incluindo a produção de veículos elétricos e baterias de nova geração. Se houve quem alardeasse o “fim da história”, certamente hoje testemunhamos o regresso da história ao seu ponto de partida. A Ásia no centro



do mundo. Óbvio, a China exerce um papel incontestado nesse rearranjo de forças. Aqui não precisamos entrar em detalhes a respeito. Por ora, basta apontar que o esgarçamento do império em decadência certamente não reverterá as tendências estruturais. Pelo contrário, o unilateralismo que vem do Norte contribui para acelerar as dinâmicas em curso na atual quadra histórica.

A Ásia consolida-se, cada vez mais, como um dos principais espaços de tensão da política internacional contemporânea. O recrudescimento das disputas interestatais e intercapitalistas eleva ao centro do debate temas como decoupling, segurança tecnológica, soberania industrial e reorganização das cadeias globais de valor. Questões como o Mar do Sul da China, o Estreito de Taiwan, o Estreito de Malaca e os corredores marítimos do Indo-Pacífico assumem importância crescente em um cenário marcado por disputas por rotas comerciais, energia, tecnologia e influência geopolítica. Ao lado disso, a Ásia também oferece experiências decisivas de cooperação e multilateralismo. Organizações e mecanismos como ASEAN, RCEP, OCX e BIMSTEC – para ficar apenas nestes exemplos – expressam diferentes formas de coordenação política e econômica em um sistema internacional cada vez mais marcado pela multipolaridade.

Em muitos sentidos, reforçamos, é impossível compreender os rumos do século XXI sem considerar os processos em curso na Ásia. E, claro, não esqueçamos do Brasil. Nossas relações com os países asiáticos adquiriram densidade inédita nas últimas décadas, seja na economia, na cooperação tecnológica ou nas articulações diplomáticas.

Hoje, por exemplo, o comércio brasileiro com os países da ASEAN já supera o intercâmbio com parceiros tradicionais do Mercosul. A ampliação da presença diplomática brasileira na região, incluindo a criação de representação junto à ASEAN, em Jacarta, revela o reconhecimento da centralidade asiática para a inserção internacional do Brasil. Nesse cenário, iniciativas como o LabÁsia tornam-se ainda mais relevantes. Em particular, cabe salientar o



protagonismo discente em suas atividades. Em um ambiente universitário cada vez mais pressionado por restrições orçamentárias e desafios institucionais, é digno de nota o envolvimento e a proatividade de estudantes de graduação e pós-graduação na construção de um espaço plural, crítico e intelectualmente vibrante.

O presente Boletim nasce justamente desse espírito. Sua proposta combina análise conjuntural, reflexão acadêmica, divulgação cultural e extensão universitária. Os temas desta primeira edição ilustram bem a amplitude e a relevância da proposta: o 15º Plano Quinquenal da China, as tensões no Estreito de Ormuz, os 25 anos das relações entre Brasil e Coreia do Norte e as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão em Relações Brasil China (NERBC).

Trata-se de uma agenda plural, interdisciplinar e profundamente conectada aos grandes debates do nosso tempo. Certamente, uma iniciativa salutar que amplia o diálogo entre universidade e sociedade, contribuindo para a difusão qualificada de conhecimento sobre a Ásia no Brasil. Em um contexto de intensas transformações globais, defender a universidade pública, a pesquisa crítica e a produção de conhecimento socialmente comprometida é também defender a capacidade do Brasil de compreender o mundo contemporâneo e atuar de forma soberana nele.

Que este primeiro número do Boletim do LabÁsia seja apenas o início de uma longa trajetória.

Renan Holanda Montenegro é professor de Relações Internacionais no Departamento de Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, onde coordena o Coletivo de Estudos Internacionais da China Contemporânea.





ASIA

EM FOCO

Ásia em Foco

1. A guerra do Irã: nexo energético da nova geoestratégia global dos Estados Unidos

Dominique Marques · Daniel Kosinski

13

2. Os Três Princípios em Xequê: política de defesa e exportação de armas no Japão de Takaichi

Martha Nummer · Júlia Lameiras · Alana Camoça

21

3. Mahan Revisitado: poder naval e a geopolítica dos estreitos no século XXI

Pedro Martins · Carlos Miguel Souza · José Felipe Campos

34

4. O 15º Plano Quinquenal da China: perspectivas e destaques

Octávio Oliveira · Luísa Barbosa Azevedo · Pablo de Moraes Barros Vicente

44



1. A guerra do Irã: nexo energético da nova geoestratégia global dos Estados Unidos

Dominique Marques¹

Daniel Kosinski²

A mais recente versão da *National Security Strategy* (doravante, NSS) dos Estados Unidos, lançada em novembro de 2025 pelo segundo governo de Donald Trump, propõe, pelo menos, três objetivos centrais.

O primeiro deles é um realinhamento das prioridades geoestratégicas estadunidenses ao redor do planeta. Criticando as

estratégias das administrações anteriores pelo que descreve como um engajamento global “exacerbado”, quanto à sua extensão; e “ineficaz”, quanto aos seus resultados, a presente NSS parece reconhecer – ou aceitar – como um fato consumado a existência de duas “novas” grandes potências no sistema internacional, a China e a Rússia, conjuntamente capazes de impor aos Estados Unidos desafios e custos cada vez mais exorbitantes para um exercício hegemônico global. Dessa forma, ela propõe um engajamento estratégico mais “seletivo”, regional: se, por um lado, pretende reafirmar sem qualquer margem a dúvidas a hegemonia estadunidense naquilo que chama de “Hemisfério Ocidental” – o continente americano –, por outro, almeja reduzir a sua presença militar na Europa e no Oriente Médio com vistas a ampliá-la no Extremo Oriente. Um segundo objetivo da segunda NSS de Trump é o de retomar, para os Estados Unidos, a preeminência global no campo energético – entendido,

¹ Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Pós-Doutorado Nota 10 pela FAPERJ (2026). E-mail: dominique_m_souza@live.com

² Professor Adjunto e pesquisador no Departamento de Evolução Econômica (DEE) da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da mesma instituição. E-mail: danskos@gmail.com

essencialmente, como a produção de combustíveis fósseis. Isto é, retomar uma posição de liderança como principal fornecedor mundial de petróleo e seus gases (como o gás natural), meta que se tornou almejável nos últimos anos devido à “revolução” do *shale oil*, o óleo de xisto.

De fato, o enorme salto nessa produção vem permitindo aos Estados Unidos deixar de depender de fontes estrangeiras para o grosso do seu abastecimento e mesmo voltar a ser um grande exportador. Segundo dados do *Atlas of Economic Complexity*, entre 2010 e 2024 os estadunidenses ampliaram suas exportações de petróleo de apenas 0,19% do total mundial para 11,08%, apenas ligeiramente atrás da líder Arábia Saudita (11,35%). Enquanto isso, reduziram suas importações de 22,43% para 14,45% (embora ainda permaneçam expressivas).

Já quanto aos gases de petróleo, a posição global dos Estados Unidos se transformou radicalmente: suas exportações avançaram no mesmo período de 2,97% para 17,30%, assumindo a liderança mundial; ao passo que suas importações recuaram de 8,49% para apenas 2,61%. Um terceiro objetivo central explicitado pela NSS – e tudo indica, o mais prioritário dentre eles – é a proclamação de uma estratégia de cerco e contenção da China, descrita mesmo como uma ameaça “existencial” aos Estados Unidos, seus valores e interesses.

Com efeito, essa estratégia se fundamenta, em primeiro lugar, no emprego de instrumentos que a literatura vem descrevendo como “geoeconômicos”. Por exemplo, pretendem confrontar globalmente o vigoroso ímpeto exportador chinês, visto como força motriz da sua preeminência industrial e do seu enorme e crescente poderio financeiro. Esse é um dos sentidos – o outro é a reconstrução de uma dita “economia de guerra” nos Estados Unidos – da política comercial “protecionista” (ainda que errática) do segundo governo Trump, visando promover o *reshoring* de fábricas e empresas e concorrer globalmente com os produtos chineses. É essa também a finalidade de instar seus aliados industrializados, como os europeus, japoneses e coreanos, a fazerem o mesmo.

Com isso, pretende-se que a China abandone suas práticas descritas como “mercantilistas” e “predatórias”, voltando-se para o consumo interno. Assim, pretendem também reduzir os enormes superávits comerciais chineses e, logo, seus também enormes saldos em contas externas que lhes permitiram compor reservas internacionais avaliadas em trilhões de dólares e, conseqüentemente, empregar uma gigantesca capacidade de investimento no exterior. Assim, a China segue financiando a sua *Belt and Road Initiative*; a aquisição de diferentes infraestruturas críticas (energias, transportes, serviços públicos etc.) ao redor do mundo, como no “Hemisfério Ocidental” que os estadunidenses entendem como crítico para a sua segurança nacional; e ainda, a aquisição – também “denunciada” pela NSS – de muitas empresas produtivas e tecnologias de ponta nos próprios Estados Unidos.

Outro instrumento proposto pela NSS visando minar a aquisição crescente de riqueza e poder pela China é comprometer o seu abastecimento de materiais “críticos”, “estratégicos”, principalmente aqueles indispensáveis para a sua industrialização, urbanização e poderio militar: energias fósseis; minérios, como as chamadas “terras raras”; alimentos e insumos industriais. Conciliada com a iniciativa anterior, temos aqui uma pretensão muito clara de “estrangular” a ascensão chinesa por uma via dupla: comprometendo seus abastecimentos indispensáveis; e também o escoamento, igualmente indispensável, dos seus imensos excedentes de produtos manufaturados. Em resumo, pretendem conter tanto o desenvolvimento material quanto o poderio militar da China sem ter – a princípio – que recorrer à guerra para isso.

O ataque iniciado pelos Estados Unidos e por Israel contra o Irã, no dia 28 de fevereiro de 2026, foi inicialmente apresentado por Trump sob as justificativas – ou ambições – de destruir os programas nuclear e balístico iranianos, extinguindo suas capacidades ofensivas; eliminar suas principais lideranças, deixando o regime “acéfalo”; ou mesmo promover a sua derrubada numa – mais uma – operação de “*regime change*”. Hoje, meses depois, apesar de diversas tentativas,

nada disso foi alcançado – mesmo com o assassinato do aiatolá Khamenei (já nos primeiros momentos do ataque) e de diversas lideranças políticas e militares iranianas –, configurando, até então, sinais de grande capacidade estratégica iraniana a despeito da sua evidente inferioridade militar.

Não obstante, se retomarmos uma leitura atenta da NSS, o fracasso em alcançar seus objetivos declarados não significa que a guerra contra o Irã não esteja produzindo dividendos estratégicos para os Estados Unidos. O estado de conflagração no Golfo Pérsico gerou uma interrupção quase total no tráfego marítimo pelo Estreito de Ormuz e, conseqüentemente, uma inviabilização da região como fornecedora global de petróleo e gás natural. Existem também danos, em dimensões ainda desconhecidas, à infraestrutura energética da região como poços, plataformas *onshore* e *offshore*, refinarias, oleodutos, gasodutos, portos e terminais de armazenagem. Analistas do campo têm afirmado que, mesmo com a assinatura de um acordo de paz entre as partes, é provável que não haja recuperação plena das infraestruturas e “normalização” dos fluxos comerciais da região durante anos – sem descartar a possibilidade de que os temores quanto à retomada do conflito produzam uma sensação crônica de insegurança que afaste investimentos e encareça significativamente, ou mesmo inviabilize, os fretes marítimos pela área.

Portanto, a médio e longo prazos, esses analistas preveem uma elevação ainda mais substancial e duradoura nos preços internacionais do petróleo e seus gases do que a ocorrida nas últimas semanas. Com isso, as indústrias do *shale oil* e do gás natural líquido dos Estados Unidos (e também em outros países, como o Canadá) serão fortemente beneficiadas, pois seus custos de produção são bastante elevados. Nesse cenário, teríamos então uma redução da importância, ou mesmo a saída de cena por tempo indeterminado, de grandes fornecedores como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Iraque, Qatar, quiçá o próprio Irã; de outro lado, teríamos fortes incentivos ao crescimento da produção e das exportações dos próprios Estados Unidos. Ou seja, o comprometimento da

concorrência do Oriente Médio apoiaria significativamente o objetivo da NSS de alçar os Estados Unidos à desejada preeminência energética global.

É nesse ponto, argumentamos, que o controle crescente dos Estados Unidos sobre as fontes globais de energias (fósseis) poderá ser uma peça-chave para viabilizar os demais objetivos centrais da sua estratégia. Afinal, a China foi em 2024 a maior importadora mundial de petróleo e seus gases: respectivamente 21,52% e 17,71% dos totais, gastando cerca de 288 bilhões de dólares para obtê-los. Quase a metade do seu petróleo importado e cerca de 20% dos seus gases vieram do Golfo Pérsico. Portanto, a região não é apenas o principal “gargalo” do abastecimento global de combustíveis fósseis, com cerca de 20% dos fluxos mundiais; é também, e ainda mais, o principal “gargalo” do abastecimento chinês.

Consequentemente, o aumento da participação e do poder dos Estados Unidos sobre as fontes globais lhes forneceria meios mais eficazes para comprometer o abastecimento energético chinês. E não apenas isso, pois também lhes daria um poderoso instrumento de pressão sobre outros países altamente necessitados desses suprimentos. Por exemplo, em 2024 o Japão obteve mais de 90% do seu petróleo do Golfo Pérsico. A Coreia do Sul, quase 70%; e quase ¼ dos seus gases. Os europeus, que obtiveram cerca de 10% do seu petróleo do Golfo e quase 20% dos Estados Unidos, dependeriam ainda mais dos últimos. Idem para os seus gases, 13,52% dos quais vieram dos Estados Unidos; 30%, da Noruega; e 12,15% (ainda) da Rússia. Em suma, para esses países, a “perda” do Golfo Pérsico agravaria ainda mais um quadro já decorrente da guerra da Ucrânia: uma necessidade crescente dos próprios Estados Unidos para o seu abastecimento energético.

Portanto, a desarticulação do Golfo Pérsico como principal fornecedor mundial de petróleo e seus gases e a sua almejada substituição pelos Estados Unidos poderá representar uma possibilidade concreta, para o segundo governo Trump, de avançar diferentes objetivos centrais da sua NSS, ampliando o poder

dos Estados Unidos tanto em relação à China quanto aos seus principais aliados, muitas vezes, reticentes em seguir as suas diretrizes. Assim, a guerra do Irã avançaria o “nexo energético” da nova geoestratégia por ela delineada. Vale ressaltarmos, porém, que tal estratégia não está isenta de riscos. Em primeiro lugar, a China possui atualmente um abastecimento consideravelmente diversificado em termos geográficos, com grandes fontes fora do Oriente Médio como a Rússia; Austrália e Ásia Central (gás natural); Brasil, Angola e outros países da África ocidental (petróleo). Além disso, também vem trabalhando para reduzir a sua dependência de combustíveis fósseis ao avançar consideravelmente na geração de energias renováveis e na eletrificação dos seus veículos, setores nos quais é líder mundial indisputável. Ou seja, embora exista uma vasta gama de aplicações industriais para as quais o petróleo e seus gases permanecerão insubstituíveis, a tentativa de “estrangulamento” do abastecimento energético da China poderá fracassar.

Em segundo lugar, o prolongamento do conflito torna a situação doméstica de Trump cada vez mais precária. Segundo as pesquisas de opinião pública, a guerra no Irã é crescentemente impopular e rejeitada por grande parte dos estadunidenses. Grandes próceres do próprio movimento *MAGA* (*Make America Great Again*), como o ex-âncora de televisão Tucker Carlson, se insurgiram contra ela e vêm lhe fazendo oposição ostensiva ao criticar as motivações e a aparente falta de objetivos do governo; e mesmo apontando uma “subserviência” de Trump a Israel. Finalmente, os preços dos combustíveis também têm subido fortemente nos Estados Unidos, gerando temores de inflação generalizada às vésperas das eleições de meio de mandato em novembro deste ano, que renovarão grande parte do Congresso. Uma derrota republicana acachapante poderá se revelar comprometedora da funcionalidade, se não mesmo da continuidade, do seu governo.

Por fim, vale lembrar que as monarquias exportadoras de petróleo e seus gases do Golfo Pérsico vêm cumprindo, há décadas, um papel central na

hegemonia do dólar dos Estados Unidos no sistema financeiro internacional, por sua vez, um pilar indispensável na sua supremacia financeira, tecnológica e militar global. Por um lado, a denominação e a comercialização dos seus recursos em dólares garantem uma demanda internacional incessante por eles; por outro, seus rendimentos multibilionários, investidos preferencialmente no sistema bancário e nos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, contribuem significativamente para financiar a trilionária dívida pública estadunidense e para capitalizar seu sistema financeiro, configurando a chamada “reciclagem dos petrodólares”. Como ficarão as alianças entre as monarquias do Golfo Pérsico e os Estados Unidos diante dessa, até aqui, patente incapacidade das forças estadunidenses de protegê-las, submeter o Irã e assegurar o livre fluxo marítimo no Estreito de Ormuz? O que será feito dos “petrodólares” caso o Golfo Pérsico não retorne ao *status quo* anterior? Estarão sendo criadas condições que viabilizem ou generalizem sistemas de abastecimento energético alternativos, por exemplo, baseados em preços, vendas e investimentos denominados na moeda chinesa? Portanto, não se pode descartar a possibilidade de que esta guerra e suas consequências produzam efeitos que escapem, talvez inteiramente, aos intuitos e controles dos Estados Unidos.

Referências

Hausmann, R. et al. (2014) The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity. Cambridge: The MIT Press.

2. Os Três Princípios em Xequê: Política de Defesa e Exportação de Armas no Japão de Takaichi

Martha Nummer³

Júlia Lameiras⁴

Alana Camoça⁵

Em outubro de 2025, Takaichi Sanae assumiu a chefia do governo japonês como a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra do país. Sua eleição sinalizou uma ascensão na projeção de lideranças nacionalistas no poder, uma vez que Takaichi é associada à ala mais

radical do Partido Liberal Democrático (LDP) e ao *lobby* nacionalista Nippon Kaigi, enfatizando um tom do Japão cada vez mais próximo em relação aos Estados Unidos e também em direção a potenciais transformações e flexibilizações na política de segurança e defesa do país.

As próximas linhas do presente artigo pretendem justamente apresentar uma breve análise da política de segurança do Japão com ênfase na decisão de 21 de abril em relação à exportação de armas, sem nenhuma deliberação parlamentar, e com apenas três reuniões de consulta entre LDP e o partido aliado Nippon Ishin (Sato; Yoshida; Ushio, 2026). Essa política representa uma mudança notável do Japão após 80 anos de restrições à exportação de armas como parte de sua política pacifista.

Japão e política de segurança no século XXI: pressões internacionais e domésticas

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). E-mail: marthanmmr@gmail.com

⁴ Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de IC pelo PIBIC, pesquisadora do LabÁsia e do DataMundi. E-mail: lameirasjulia@gmail.com

⁵ Professora Adjunta no Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DRI-UERJ) e professora do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). E-mail: alanacamoca@gmail.com

A política externa e de segurança do Japão passou por grandes transformações no século XXI, aprofundando o debate sobre a (re)militarização do país. Essas mudanças não são necessariamente novas, posto que são resultados de um longo processo de erosão gradual de restrições constitucionais operado pela via de reinterpretações. Esse processo ganhou contornos mais nítidos com a ascensão de Shinzo Abe a partir de 2012, figura que muitos analistas identificam como aquele que efetivamente transformou a chamada "grande estratégia" do Japão (Hosoya, 2025).

Do ponto de vista externo, as pressões sobre o Japão para que ampliasse sua participação em segurança internacional acompanharam toda a trajetória da aliança bilateral. Washington estimulou discretamente o rearmamento japonês já nos anos 1950, no contexto da Guerra da Coreia, e intensificou essas demandas após a Guerra do Golfo (1990-1991), quando o Japão foi criticado por limitar sua contribuição ao apoio financeiro — uma diplomacia de pagamentos (Oliveira, 2019). A lógica era clara: converter a capacidade econômica japonesa em responsabilidade estratégica. No século XXI, essa pressão se materializou no envio das Forças de Autodefesa (SDF) ao Iraque em dezembro de 2003, sob o governo Koizumi; foi a primeira vez desde 1945 que tropas japonesas ingressaram em uma zona de conflito, ainda que sob a justificativa de "área de não combate". A ação foi resposta à demanda dos Estados Unidos, que mantiveram sobre o país um guarda-chuva de segurança nuclear e militar por décadas, em troca de lealdade estratégica⁶. Somava-se a isso a crescente tensão com a China, acelerada pelas disputas territoriais no Mar do Leste da China, envolvendo as ilhas Senkaku/Diaoyu, e pelos recorrentes lançamentos de mísseis norte-coreanos.

Um outro contexto em que a SDF está autorizada a utilizar armas, sob certas restrições, é durante as Missões de Paz da ONU (PKO). Desde a

⁶ A aliança de segurança entre EUA e Japão remonta ao Tratado de Segurança de 1951, que lançou as bases para a independência do Japão após um breve período de ocupação estadunidense e para a permanência de bases militares dos EUA em seu solo. Em 1960, foi assinado o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança, estabelecendo uma obrigação de defesa mútua sob o Artigo 5º, que obriga as partes a agirem caso haja um ataque armado em territórios japoneses.

promulgação da Lei de Cooperação Internacional para a Paz, em junho de 1992, o Japão participou de 30 missões, sendo 14 delas PKOs. Atualmente, segundo os dados da ONU, há apenas dois Military Staff Officers japoneses em operações de paz, ambos na UNMISS, que ocorre no Sudão do Sul. Entretanto, é importante ressaltar que os enviados japoneses não tinham autorização para o uso de armas até 2016, quando foi feita a revisão das *Rules of Engagement* e seu uso, ainda que de forma restrita, foi liberado. Ademais, a partir de dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão, percebe-se que a maioria dos enviados para essas missões faz parte da unidade de engenharia, reforçando um papel mais técnico das tropas e evitando possíveis confrontos diretos que poderiam exceder os limites constitucionais. Dessa forma, o Japão se mantém como um apoiador das PKOs, ainda que isso seja feito majoritariamente com contribuições ao financiamento das missões, sendo o terceiro maior doador das contribuições fixadas para as operações de paz atrás apenas de EUA e China, e com apoio logístico, com o envio de unidades de engenharia e oferecendo cursos de treinamento de inteligência, engenharia e medicina para outros países, principalmente nações da África e da Ásia.

Do ponto de vista doméstico, há uma pressão significativa por parte de grupos ultranacionalistas, que remonta à década de 1990, com a criação do lobby Nippon Kaigi (NK). Embora grupos nacionalistas já estivessem atuando na política com o objetivo de garantir uma revisão constitucional, foi a institucionalização do NK que permitiu que essas pautas ganhassem maior espaço dentre as políticas governamentais. Existe um senso de descontentamento em relação ao fato de a Constituição vigente ter sido “imposta” por estrangeiros e de a defesa nacional depender dos EUA (Guthmann, 2024). Nesse sentido, o grupo advoga não apenas pela revisão do artigo 9, responsável pela renúncia do Japão a manter forças armadas, mas também por uma revisão constitucional que restaure o poder do imperador e pelo revisionismo histórico do Japão Imperial.

Esse padrão se intensificou com Shinzo Abe, que retornou ao poder em 2012 em um contexto internacional em que a China se consagrou como segunda maior economia mundial desde 2010, a escalada nuclear norte-coreana continuou e o Pivô para a Ásia de Obama foi lançado, reposicionando Washington como potência do Pacífico. Nesse contexto, em julho de 2014, o gabinete Abe reinterpretou o Artigo 9, permitindo pela primeira vez o exercício da autodefesa coletiva. Em setembro de 2015, o Parlamento aprovou o pacote de leis decorrente, sob forte oposição pública (Japan Press Weekly, 2015).

Paralelamente, Abe já propagava a ideia de uma "Contribuição Proativa para a Paz", política externa ativa que antecede e prepara o terreno para o que viria a ser a política designada para um Indo-Pacífico Livre e Aberto (FOIP). Essa política consistia em um enquadramento geopolítico que posicionava o Japão como arquiteto de uma estrutura de contenção à China e de uma ordem de segurança regional baseada em valores liberais — associados à própria presença estadunidense. O governo Takaichi herdou essa trajetória e parece estar empenhado em acelerá-la.

Transformações na política de defesa japonesa à vista: uma revisão dos três princípios de exportações de armas japonesas (1950-2025)

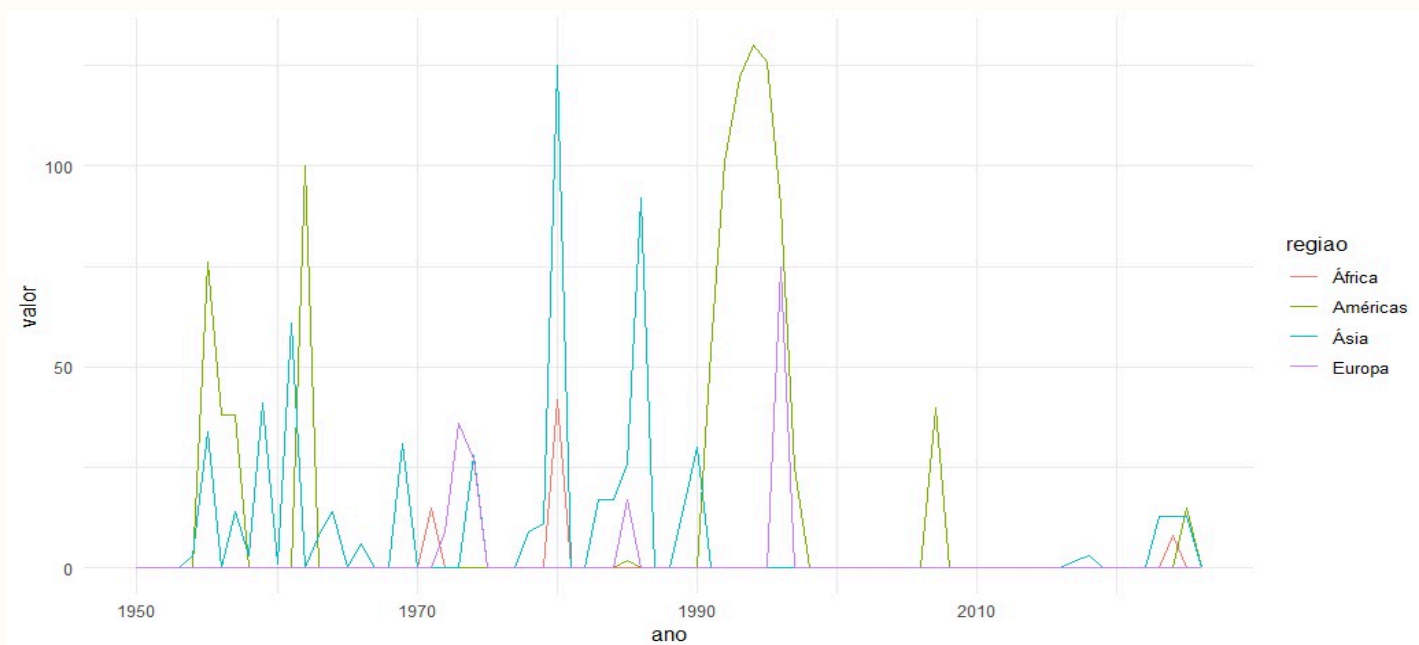
Formulados em 1967 pelo primeiro-ministro Sato Eisaku sob pressão da oposição, os Três Princípios proibiam a exportação de armas a países comunistas, sob embargo da ONU ou em conflito. Em 1976, Miki Takeo os endureceu, transformando-os em uma proibição geral. Todavia, já na década de 1980, foram autorizadas transferências de tecnologia militar aos EUA (Sato, 2015; Shiraishi, 2014). No século XXI, em 2011, o primeiro-ministro Yoshihiko Noda permitiu o desenvolvimento e produção conjunta com parceiros próximos, enquanto em 2014, Abe substituiu os Três Princípios originais por um novo sistema que deslocou a lógica da proibição para a regulação, mas manteve a restrição a produtos letais (Japan, 2014). Kishida avançou em 2022 e 2023, autorizando equipamentos não

letais à Ucrânia e a exportação de armamentos fabricados sob licença de volta aos países licenciadores. Em 2024, abriu-se caminho para o caça de próxima geração do programa GCAP ser vendido a outros países (Hua, 2026).

Observando dados históricos, no gráfico abaixo é possível ver para quais países o Japão exportou armas segundo dados do SIPRI (2026).

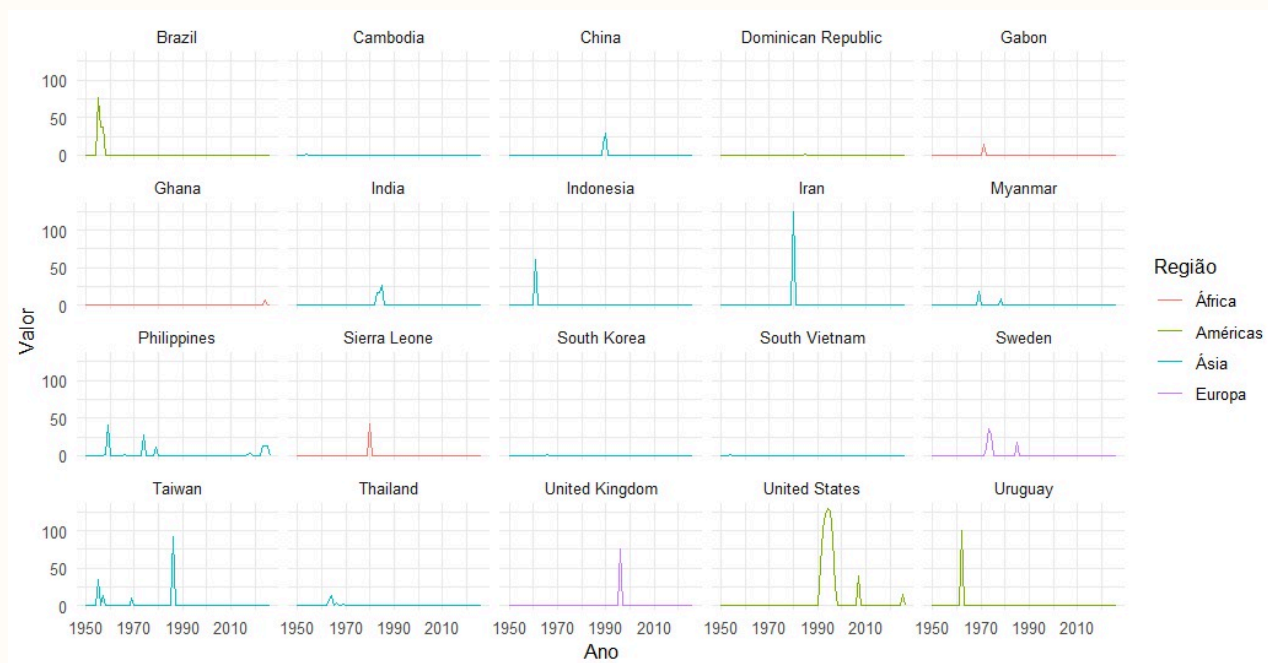
Gráfico 1

Demonstração de exportação por região (1950-2025)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2026)

Gráfico 2
Demonstração de exportação dividida por países (1950-2025)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2026)

A trajetória das exportações de armamentos japoneses reflete as tensões entre o pacifismo e as pressões do ambiente estratégico regional. Desde a promulgação dos Três Princípios sobre Exportações de Armas em 1967 e seu posterior endurecimento em 1976 sob o gabinete Miki Takeo, que estendeu a restrição a praticamente todas as transferências, com exceção de tecnologias militares compartilhadas com os Estados Unidos, o Japão manteve uma política formalmente restritiva, ainda que permeada por exceções operacionais.

Os dados do SIPRI⁷ revelam que transferências de materiais de uso dual e equipamentos de apoio ocorreram durante a Guerra Fria, e particularmente para países asiáticos aliados dos Estados Unidos, como Filipinas, Coreia do Sul, Tailândia e Taiwan, parceiros de Washington no Indo-Pacífico. O pico registrado nas exportações japonesas para os Estados Unidos na década de 1990 reflete, na prática, a entrega de 180 aeronaves de treinamento T-1A Jayhawk no âmbito do programa *Tanker Transport Training System* (TTTS), um contrato de produção sob licença que ilustra como a cooperação bilateral operava dentro dos limites formais.

Os dados evidenciam, portanto, uma política que nunca foi de embargo absoluto, mas de restrição seletiva, cujos limites foram alargados paulatinamente. Takaichi, por sua vez, formalizou o que seus antecessores construíram e aboliu as cinco categorias restritivas, liberando a exportação de sistemas letais (fragatas, mísseis, drones de combate) aos países com acordos de defesa com o Japão. A decisão foi enquadrada pela primeira-ministra como imperativa diante de um ambiente de segurança não apenas regional, mas internacional, cada vez mais restritivo (Japan, 2026).

A flexibilização de Takaichi pode representar justamente uma ampliação das transferências japonesas. O próprio contrato australiano para aquisição de 11 fragatas da classe Mogami ilustra essa transformação das políticas do Japão (SIPRI, 2026), sendo um instrumento de aprofundamento da interoperabilidade, alinhamento de padrões e construção de uma linguagem estratégica comum entre os parceiros de defesa do Japão (Hua, 2026). Não por acaso, Tóquio mudou efetivamente o tom em relação à China. A edição de 2025 classificava a China como "o mais importante dos parceiros bilaterais", mas a edição de 2026 mudou para "vizinho importante" (Miyawaki, 2026).

⁷ Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos do SIPRI Arms Transfers Database, atualizado em março de 2026. Os valores expressos nos gráficos correspondem ao Trend Indicator Value (TIV), unidade desenvolvida pelo SIPRI para medir o volume de transferências de armas convencionais de grande porte. O TIV é calculado com base nos custos unitários de produção de um conjunto de referência de sistemas de armas e busca representar a transferência de recursos militares. O banco de dados cobre vendas, doações e licenças de fabricação, mas exclui transferências de tecnologia e serviços de suporte, o que implica que as transferências registradas para o Japão podem estar subestimadas em relação à totalidade dos fluxos de recursos militares do período analisado.

Importante reforçar também quem é Takaichi e qual é a sua trajetória. Denominada herdeira política de Shinzo Abe (The Asahi Shimbun, 2025b; Yamaguchi, 2026), Takaichi ocupou importantes cargos de liderança em seis ministérios⁸ durante os dois mandatos dele. Além de defender e promover políticas nacionalistas da era Abe, como a revisão do artigo 9 e a reescrita e redistribuição de livros escolares, é também uma grande defensora das visitas oficiais ao templo Yasukuni⁹. Ela esteve presente em mais de uma visita governamental ao templo, a primeira em 2007, seguida por outros registros em 2014, 2016 e 2020. Ainda na década de 1990, ela elogiou fortemente a campanha eleitoral de Adolf Hitler e recomendou a leitura do controverso *Hitler's Election Strategy: The Bible for Winning Modern Elections*, escrito por Yoshio Ogai, também membro do LDP (Bacchi, 2014). Mais tarde, quando foi nomeada para o Ministério das Comunicações, foi flagrada em um escândalo de associação com membros de partidos neonazistas (McCurry, 2014). Durante sua campanha eleitoral em 2025, foi responsável por disseminar narrativas xenófobas ao afirmar que estrangeiros eram responsáveis pelos maus-tratos aos animais símbolo da cidade, os cervos (The Asahi Shimbun, 2025a).

Nesse sentido, o histórico de pautas nacionalistas de Takaichi deixou de ser apenas uma marca de sua trajetória pessoal para fundamentar mudanças na política de segurança e de defesa do Japão. A narrativa oficial do governo Takaichi baseia a revisão em argumentos de segurança relacionados à deterioração do ambiente regional diante de China, Coreia do Norte e Rússia, e o esforço de reforço de interoperabilidade com aliados. Essa transformação também está ancorada em uma dinâmica econômica, posto que as próprias indústrias japonesas acabavam limitando suas produções e exportações ao que era permitido (Hua, 2026). Não

⁸ Ministério de Estado para Assuntos de Okinawa e Territórios do Norte, Ministério de Estado para Políticas de Ciência e Tecnologia, Ministério de Estado para Inovação, Ministério de Estado para Assuntos da Juventude e Igualdade de Gênero, Ministério de Estado para Segurança Alimentar no Gabinete japonês e Ministério de Assuntos Internos e Comunicações

⁹ O templo Yasukuni é uma fonte de disputas diplomáticas no Leste e Sudeste Asiáticos devido ao seu valor simbólico nacionalista. Além de homenagens a mais de mil criminosos de guerra, o Yasukuni exalta a ideologia do Xintoísmo de Estado e promove narrativas revisionistas sobre a colonização e a violência japonesa na Ásia durante o século XX.

por acaso, a exportação de armamentos foi designada pelo governo como uma das áreas estratégicas de crescimento industrial, o que revela que a revisão não é apenas resposta à ameaça, mas também projeto de desenvolvimento do setor de defesa.

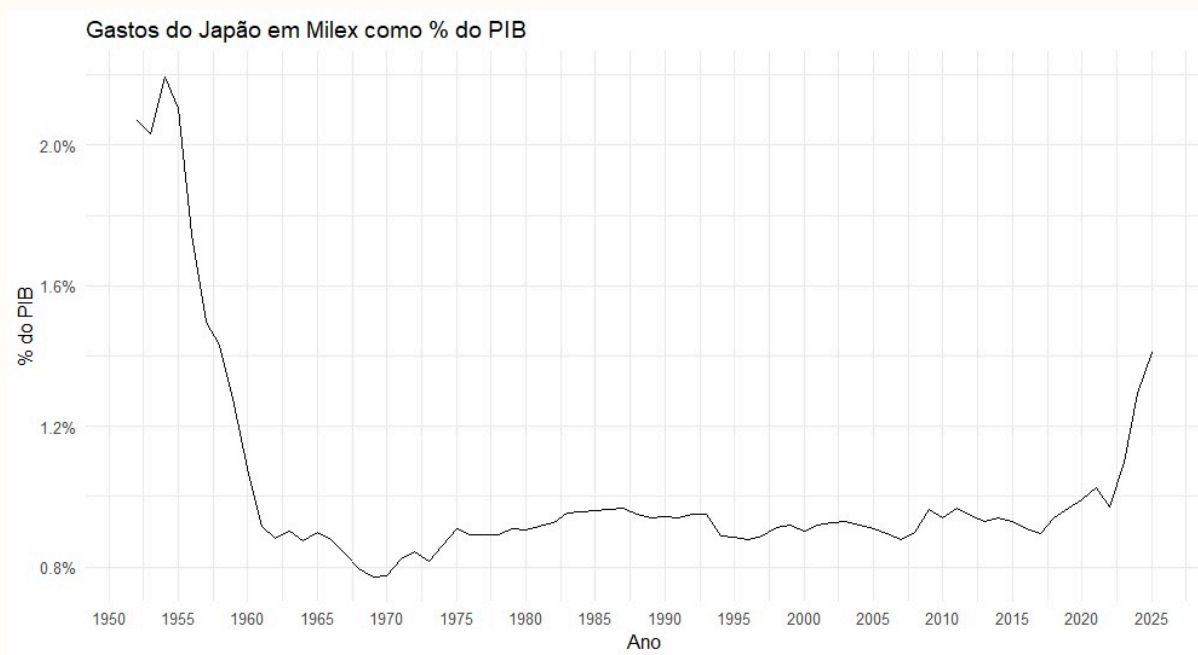
Outro fator determinante é a reconfiguração da coalizão governante. A saída do Komeito, partido de orientação pacifista que exercia a função de freio interno no LDP, e sua substituição pelo Nippon Ishin no Kai, de perfil nacionalista-reformista, alterou o equilíbrio de forças doméstico. No acordo assinado entre Takaichi e o representante do Ishin, Hirofumi Yoshimura, ambos os partidos se comprometem a trabalhar para enriquecer suas bases nacionais e buscar políticas internas e externas que impulsionem o Japão para um caminho de maior independência securitária.

Esse objetivo fica evidente ao analisarmos as cláusulas do documento, que estabelecem a criação de uma comissão conjunta de redação para a revisão do Artigo 9º da Constituição, a revisão da Estratégia de Segurança Nacional, desenvolvimento de mísseis de contra-ataque de longo alcance e submarinos nucleares, bem como alterações na estrutura da SDF e criação de novas instalações de blindagem sob tutela japonesa. A revisão dos Três Princípios estava prevista no acordo de coalizão entre LDP e Nippon Ishin, o que evidencia que a saída do Komeito — historicamente um freio às ambições securitárias do LDP — e sua substituição por um parceiro de perfil nacionalista-reformista foi condição política indispensável para que a mudança se concretizasse.

A decisão de atribuir ao governo e ao Conselho de Segurança Nacional — e não ao Parlamento — a aprovação caso a caso das exportações levantou críticas substantivas da oposição, que vê nesse arranjo um esvaziamento do controle democrático sobre decisões de sensibilidade geopolítica (JJI, 2026). Vale ressaltar que essa é apenas uma das transformações, posto que paralelamente à revisão das exportações, o governo Takaichi comprometeu-se a antecipar em dois anos, de 2027 para o ano fiscal de 2025, a meta de elevar os gastos em defesa a 2% do

PIB. Abaixo é possível observar os gastos japoneses em defesa que se mantiveram significativamente atrelados a apenas 1% do PIB, mesmo que isso tornasse o país, durante muitos anos, um dos dez que mais gastavam em capacidade militar (defesa).

Gráfico 3
Gastos japoneses em defesa (1950-2025)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2026)

Considerações Finais

As últimas décadas têm evidenciado uma transformação significativa na política de defesa e segurança do Japão, impulsionada por pressões externas, como no caso do avanço militar chinês e das demandas crescentes dos Estados Unidos, sobretudo de Donald Trump, por maior compartilhamento dos custos da aliança. Além disso, pressões domésticas, em especial a ascensão de grupos nacionalistas que advogam por uma postura estratégica mais assertiva e um retorno a um ideal militarista do país, também têm afetado a política de Tóquio. Isso vem transformando a política de defesa do país e, como exemplo concreto,

modificou a transferência de equipamentos e tecnologias de defesa do país, como tratamos aqui. No fim, as transformações do Japão são essenciais para compreendermos o impacto que esse processo pode ter sobre o equilíbrio de poder na região do Indo-Pacífico nos próximos anos.

Referências

- Asahi Shimbun. "Takaichi Acts as 'Abe's Successor' in Summit with Trump in Tokyo." 26 de outubro de 2025. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.asahi.com/ajw/articles/16120575>.
- . "Takaichi Says She 'Confirmed' Deer-Kicking by Foreign Tourists." 25 de setembro de 2025. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.asahi.com/ajw/articles/16049247>.
- Bacchi, Umberto. "Japan: Adolf Hitler Book Haunts Interior Minister Sanae Takaichi." *International Business Times*, 11 de setembro de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.ibtimes.co.uk/japan-adolf-hitler-book-haunts-interior-minister-sanae-takaichi-1465067>.
- Guthmann, Thierry. *Nippon Kaigi: Political Nationalism in Contemporary Japan*. Traduzido por Arthur Stockwin. London: Routledge, 2024.
- Hosoya, Yuichi. "Japan's Grand Strategy." In *East Asia's Grand Strategies: A Twelve-Case Comparison*, organizado por Ramon Pacheco Pardo e Jung H. Pak, Washington, DC: Georgetown University Press, 2025.
- Hua, Haonan. "Breaking the Postwar Taboo: Japan Lifts Its Ban on Lethal Arms Exports." *The Diplomat*, 23 de abril de 2026. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://thediplomat.com/2026/04/breaking-the-postwar-taboo-japan-lifts-its-ban-on-lethal-arms-exports/>.
- Japan, Cabinet Secretariat. *Review of the Three Principles on Transfer of Defense Equipment and Technology and Its Implementation Guidelines*. Tokyo: Cabinet Secretariat, 21 de abril de 2026. Acesso em 4 de maio de 2026. https://www.cas.go.jp/jp/gaiyou/jimu/pdf/r80421_iten.pdf.
- Japan, Ministry of Foreign Affairs. "Japan's Contributions Based on the International Peace Cooperation Act." 27 de fevereiro de 2024. Acesso em 5 de maio de 2026. https://www.mofa.go.jp/fp/ipc/page22e_000684.html.
- . "Japan's Contributions to UN Peacekeeping Operations (PKO)." 27 de fevereiro de 2024. Acesso em 5 de maio de 2026. <https://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/>.
- . *Japan's Legislation for Peace and Security*. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs, março de 2016. Acesso em 5 de maio de 2026. <https://www.mofa.go.jp/files/000143304.pdf>.
- . *Three Principles on Transfer of Defense Equipment and Technology*. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs, 1 de abril de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.mofa.go.jp/files/000034953.pdf>.
- Japan Press Weekly. "NHK in Opinion Poll Tries to Make Objections to War Laws Look Smaller." 11–17 de novembro de 2015. Acesso em 4 de maio de 2026.

<https://www.japan-press.co.jp/s/news/?id=8711>.

Jiji. "Opposition Calls for Prior Notification to Parliament over Arms Exports." The Japan Times, 13 de abril de 2026. Acesso em 4 de maio de 2026.

<https://www.japantimes.co.jp/news/2026/04/13/japan/opposition-arms-exports-notification/>.

Johnstone, Christopher B., e Adam P. Liff. "Japan's Present and Future National Security Strategy: Five Key Challenges to Watch." Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 17 de dezembro de 2025. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.csis.org/analysis/japans-present-and-future-national-security-strategy-five-key-challenges-watch>.

McCurry, Justin. "Neo-Nazi Photos Pose Headache for Shinzo Abe." The Guardian, 9 de setembro de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026.

<https://www.theguardian.com/world/2014/sep/09/neo-nazi-photos-pose-headache-for-shinzo-abe>.

Miyawaki, Kaede. "26-nen ban no 'gaikō sho' kōhyō" [Publicação do "Livro Azul de Diplomacia", edição 2026]. Asahi Shimbun, ed. matutina de Nagoia, 11 de abril de 2026, 4.

Oliveira, Alana Camoça Gonçalves de. "Entre o sol, a águia e o dragão: dinâmicas de poder e segurança entre Japão, EUA e China no Leste Asiático e o estudo de caso das ilhas Senkaku/Diaoyu no século XXI." Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

Satō, Eiichirō, Hirō Yoshida, e Masatoshi Ushio. "Buki yushutsu: fumidashita seifu" [Exportação de armas: o governo deu o passo]. Asahi Shimbun, ed. matutina de Tóquio, 22 de abril de 2026, 2.

Sato, Heigo. Japan's Arms Export and Defense Production Policy. Strategic Japan Working Paper. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 31 de março de 2015. Acesso em 4 de maio de 2026.

https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/2023-06/150331_Sato_Strategic_Japan.pdf.

Shiraishi, Takashi. "The Three Principles on Arms Exports: Why Are They Up for Replacement?" Nippon.com, 31 de março de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.nippon.com/en/column/f00027/>.

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). "Arms Embargoes." Solna: SIPRI, 2026. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.sipri.org/node/7669>.

United Nations Peacekeeping. "Troop and Police Contributors." Acesso em 5 de maio de 2026. <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>.

Yamaguchi, Mari. "Japan PM Hopeful Takaichi Chases Mentor Abe's Dream." Nikkei Asia, 23 de setembro de 2024. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://asia.nikkei.com/spotlight/big-in-asia/japan-pm-takaichi-chases-mentor-abe-s-dream>.

3. Mahan Revisitado: Poder Naval e a Geopolítica dos Estreitos no Século XXI

Pedro Martins¹⁰

Carlos Miguel Souza¹¹

José Felipe Campos¹²

O Estreito de Ormuz é a única conexão marítima do Golfo Pérsico com o Golfo de Omã e o Mar da Arábia. Ele tem entre 55 e 95 quilômetros de largura e separa o Irã, ao norte, do exclave omanense de Musandam. Os Emirados Árabes Unidos também se localizam nas cercanias do Estreito, a uma distância

de 65 a 80 quilômetros de seu ponto mais estreito. Ali também se localiza a sede da Quinta Frota da Marinha dos Estados Unidos e por ele passa cerca de um quarto do petróleo mundial.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (UNCLOS, na sigla em inglês) estabelece a livre navegação nos Estreitos. No entanto, o Estreito já esteve inserido em diversas disputas geopolíticas em que a sua livre navegação foi colocada em xeque. A primeira delas foi a chamada “Guerra dos Petroleiros” durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), em que ambos os lados usavam os seus respectivos petroleiros como alvos. Pouco tempo depois, aconteceu a Operação Praying Mantis, realizada pela Marinha dos Estados Unidos como parte da Operação Earnest Will que, por sua vez, era uma resposta aos danos sofridos pelo USS Samuel Roberts por uma mina naval iraniana. Mais recentemente, a navegação de Ormuz esteve sob risco em 2011 e em 2018, ambas as ocasiões relacio-

¹⁰ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). E-mail: pedromendesmartins3@gmail.com

¹¹ Graduando no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do LabÁsia. E-mail: carlosmiguelscarvalho13@gmail.com

¹² Graduando no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de IC pelo CNPq, pesquisador do LabÁsia. E-mail: josefelipe.7cp@gmail.com

nadas ao programa nuclear iraniano: nesta, como resposta à saída dos Estados Unidos do Acordo Nuclear e, naquela, como resposta à aplicação de sanções ao Irã por parte de Estados Unidos e União Europeia relacionadas às controvérsias do programa nuclear iraniano. Em 2019, a navegação também esteve sob risco por causa da Crise dos Petroleiros, quando diversos petroleiros foram atacados nas costas de Omã e dos Emirados Árabes Unidos, sem que nenhum país assumisse a responsabilidade pelos ataques. A penúltima ocasião em que Ormuz esteve sob risco de ser fechado foi na chamada Guerra dos 12 dias¹³ em que, após ter as suas instalações nucleares atingidas por um ataque conjunto israelo-americano, o Parlamento iraniano autorizou o fechamento de Ormuz. No entanto, a medida não foi adiante porque o conflito acabou antes que a medida pudesse ser apreciada pelo Conselho de Segurança Nacional iraniano.¹⁴

Finalmente, a ocasião mais recente ocorreu em 28 de fevereiro de 2026, quando Israel e Estados Unidos iniciaram uma série de ataques ao território iraniano com vistas a eliminar a cúpula do governo iraniano e a dismantelar as capacidades militares do país. A reação iraniana veio na forma de bombardeio de bases americanas espalhadas na região, do território israelense e na crescente restrição da navegação do Estreito de Ormuz. Os impactos sobre a economia internacional se espalharam de forma intensa, aumentando o preço internacional do petróleo, a inflação em vários países e o risco de uma desestruturação econômica internacional de grandes proporções. Mais do que um tópico de grande interesse para a economia internacional, o Estreito de Ormuz mostra a importância da Geopolítica clássica.

¹³ Refere-se ao conflito ocorrido em 2025 entre Irã, Israel e Estados Unidos, desencadeado após ataques israelo-americanos contra instalações nucleares iranianas.

¹⁴ Órgão constitucional iraniano previsto no artigo 176 da Constituição, responsável pela coordenação das políticas de defesa e segurança nacional do país. É presidido pelo Presidente da República e composto por representantes dos três poderes, das Forças Armadas e do Líder Supremo. Suas decisões estratégicas, como um eventual fechamento do Estreito de Ormuz, dependem da aprovação do Líder Supremo.

Geopolítica dos Estreitos

Alfred T. Mahan (1890) foi um almirante americano que desenvolveu a tese de que a geopolítica das nações deveria ser orientada pelo poder naval, uma vez que ele via os mares não como barreiras naturais, mas como estradas que qualquer país poderia percorrer. A consequência desse pensamento é que o binômio comércio marítimo e marinha de guerra robusta é o motor da prosperidade nacional, visto que enquanto o primeiro gera riqueza, a segunda protege os interesses expansivos e a segurança do Estado, pavimentando o caminho para a ascensão à condição de potência marítima. Ao analisarmos o Estreito de Ormuz à luz da geopolítica, torna-se observável que o controle de passagens marítimas vitais para o comércio internacional é de extrema valia para os Estados que anseiam projetar o seu poder sobre os demais. Nesse sentido, o Estreito de Ormuz é um gargalo marítimo estratégico que não pode ser facilmente contornado sem custos proibitivos de tempo e combustível (Imagem 1).

Imagem 1
Mapa do Estreito de Ormuz



Fonte: Encyclopaedia Britannica – Strait of Hormuz. Strait of Hormuz. [S.l.], 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Strait-of-Hormuz>. Acesso em: 9 maio 2026.

Nesse contexto de recorrentes tensões geopolíticas em torno do controle do Estreito de Ormuz, torna-se necessário avançar da dimensão estratégica para a análise de seus efeitos concretos sobre o funcionamento do comércio mundial. O estreito constitui um dos principais *chokepoints* (pontos de estrangulamento) do sistema marítimo internacional, desempenhando papel central no escoamento de commodities energéticas e, por extensão, na sustentação das cadeias globais de produção e circulação. Estima-se que cerca de um quarto do comércio marítimo global de petróleo transite por essa passagem, o que corresponde a aproximadamente 20 milhões de barris por dia. Essa centralidade é ainda mais pronunciada quando se observa a composição das cargas: cerca de 38% do petróleo bruto transportado por via marítima, 29% do gás liquefeito de petróleo (GLP), além de volumes relevantes de produtos refinados e químicos, incluindo fertilizantes, dos quais aproximadamente um terço do comércio marítimo global depende dessa rota (IEA, 2026).

Dada essa centralidade, a região tornou-se um persistente palco de disputas geopolíticas e demonstrações de força entre os Estados Unidos e o Irã (Tabela 1). Os interesses iranianos em controlar o Estreito de Ormuz resultaram, de 1980 a 1988, na Guerra entre Irã e Iraque, a qual rapidamente se expandiu para o Estreito de Ormuz, assumindo o nome de Guerra dos Petroleiros. A hostilidade intensificou-se com a intervenção dos EUA na chamada “Operação Praying Mantis” dentro do escopo mais amplo da “Operação Earnest Will”, destinada a impedir a estratégia iraniana de utilizar minas navais e ameaças de fechamento do estreito para impedir o envolvimento internacional no conflito (BAIG, 2026).

Posteriormente, a Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), entre Kuwait e Iraque, consagrou o Estreito de Ormuz como alvo de interesse primordial para os EUA. O confronto se desenrolou com a invasão iraquiana do Kuwait e a tentativa de controle das reservas de petróleo do país e posterior interesse em invadir a

Arábia Saudita, de maneira a administrar a margem ocidental do estreito. O interesse do Iraque em controlar essa porção do Estreito de Ormuz e a possibilidade de estrangulamento econômico sobre o ocidente ia de encontro aos interesses estadunidenses e resultou no estabelecimento da Quinta Frota como mecanismo de patrulhamento dos EUA na região. Devido à proximidade das forças navais estadunidenses nesse gargalo marítimo, o Irã acelerou o seu investimento em guerras assimétricas para tentar equilibrar a superioridade tecnológica da Marinha dos EUA no Estreito.

Tabela 1
Ocasões em que o Estreito de Ormuz foi alvo de disputas geopolíticas

Evento	Período	Descrição
Guerra dos Petroleiros	1980-1988	Durante a Guerra Irã-Iraque, ambos os lados miraram os petroleiros um do outro e usaram minas navais para interromper a navegação no Estreito
Operação Praying Mantis	1988	Reação americana aos danos sofridos pelo USS Samuel Roberts por uma mina naval iraniana. Na ocasião, a Marinha americana atacou embarcações iranianas
Ameaça de fechamento no contexto das sanções nucleares	2011-2012	O governo iraniano ameaçou fechar a navegação no Estreito em resposta ao aumento das sanções americanas e europeias ao seu programa nuclear
Ameaça de fechamento no contexto da falência do Acordo Nuclear iraniano	2018	Depois que os Estados Unidos se retiraram do Acordo Nuclear iraniano (oficialmente chamado de Joint Comprehensive Plan of Action – JCPOA), o governo iraniano ameaçou fechar o Estreito de Ormuz
Crise dos Petroleiros	2019	Uma série de petroleiros foi atacada em águas dos Emirados Árabes Unidos e de Omã. Os EUA acusaram o Irã de ter perpetrado os ataques e chegaram a enviar o grupo de ataque do porta-aviões USS Abraham Lincoln para a região. Veio na esteira da designação da Guarda Revolucionária Iraniana como organização terrorista pelo governo americano e se inseria no contexto mais amplo de disputas regionais entre Irã e Arábia Saudita
Guerra dos 12 Dias	2025	Durante os ataques israelo-americanos às instalações

		nucleares iranianas, o Parlamento iraniano autorizou o fechamento do Estreito de Ormuz. A medida não foi adiante porque, constitucionalmente, ela precisaria ser aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional e o conflito acabou dias depois sem que a decisão fosse discutida
Guerra Israel-EUA e Irã	Em andamento	Durante a resposta iraniana aos ataques mais amplos de Israel e dos Estados Unidos à liderança iraniana, o governo do Irã autorizou — e implementou — o fechamento do Estreito de Ormuz, prejudicando a navegação. O governo permitia a navegação de navios iranianos, aqueles destinados à China ou aqueles que pagassem pedágio. Pouco tempo depois, o governo americano respondeu com um contrabloqueio do Estreito, impedindo que navios iranianos navegassem pelo Estreito.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de ASSOCIATED PRESS. *Strait of Hormuz shipping oil disruptions*. AP News, [s.l.], 2025. Disponível em: **AP News**. Acesso em: 9 maio 2026, CNN. *Tanker attacks: A timeline of tensions between Iran and the US*. CNN International, Atlanta, 14 jun. 2019. Disponível em: CNN International. Acesso em: 9 maio 2026, **Naval History and Heritage Command**. *Operation Praying Mantis*. Washington, D.C.: United States Navy, [s.d.]. Disponível em: **Operation Praying Mantis**. Acesso em: 9 maio 2026.

Impactos do Estreito para o Comércio Mundial

Apesar de ser regulado pelo Artigo 38 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que diz respeito ao Direito de Passagem em Trânsito mesmo em cenários de segurança nacional, o funcionamento habitual do Estreito de Ormuz foi interrompido recentemente pelo Irã. Em fevereiro de 2026, os EUA, com o auxílio de Israel, lançaram a Operação Epic Fury com o fito de dismantelar a alegada infraestrutura nuclear iraniana, ação imediatamente correspondida pela iniciativa do Irã de ameaçar paralisar o fluxo de navios no Estreito de Ormuz. Após uma série de ataques de ambas as partes neste conflito, as expectativas de preços do gás natural e do petróleo aumentaram e, em meio às tensões, algumas empresas de seguro logístico iniciaram o cancelamento de suas apólices de seguro para esse trecho marítimo, o que auxiliou a estratégia do Irã de, no início de março, declarar formalmente o fechamento do Estreito de Ormuz (BAIG, 2026). As reverberações contemporâneas acerca do Estreito de Ormuz exemplificam o

motivo pelo qual o chokepoint mais crítico no setor energético asiático converte-se recorrentemente em epicentro de tensões geopolíticas de alcance global.

A importância do Estreito de Ormuz não decorre apenas do volume que por ele circula (Imagem 2), mas também da limitada capacidade de substituição dessa via. As alternativas disponíveis — o oleoduto emiradense Habshan-Fujairah e o oleoduto saudita Leste-Oeste — permitem redirecionar apenas uma parcela restrita dos fluxos energéticos, enquanto, no caso do gás natural liquefeito, inexistem rotas capazes de absorver volumes equivalentes no curto prazo. A contração abrupta do tráfego marítimo, com reduções próximas à paralisação do fluxo de navios, ilustra a materialidade das interrupções e revela o grau de vulnerabilidade das cadeias globais de abastecimento. Como consequência, o comércio internacional passa a operar sob restrições físicas e logísticas significativas, ao mesmo tempo em que se observa uma desaceleração do seu crescimento em escala global. A dependência de fluxos energéticos que atravessam o estreito amplia a exposição de economias interconectadas a choques localizados, reforçando a transmissão de efeitos adversos ao longo das redes de comércio e produção.

Imagem 2

Ormuz como chokepoint marítimo global



Fonte: CORREIO DA MANHÃ. *Mapa do Estreito de Ormuz*. Lisboa, 24 jun. 2025.

Disponível em: Correio da Manhã. Acesso em: 14 maio 2026.

As consequências foram imediatas: o preço do petróleo ultrapassou os US\$108 por barril no dia 18 de março (ASSOCIATED PRESS, 2026), refletindo a sensibilidade dos preços a riscos de interrupção no fornecimento. Paralelamente, observa-se uma elevação expressiva dos custos de transporte marítimo, bem como dos preços de energia e insumos industriais, incluindo fertilizantes, o que evidencia a rápida propagação dos choques ao longo das cadeias globais. Como resultado, observa-se o ressurgimento de pressões inflacionárias em escala global, acompanhado por maior volatilidade financeira, desvalorização cambial em economias em desenvolvimento e elevação dos custos de financiamento externo. Nesse sentido, os impactos da escalada militar no Estreito de Ormuz extrapolam a esfera estritamente comercial, ao se manifestarem como um mecanismo de propagação de instabilidades entre os mercados de energia e finanças, com efeitos particularmente severos sobre países mais vulneráveis.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo foi mostrar como os ensinamentos da Geopolítica Clássica, sobretudo os trabalhos de Alfred T. Mahan, ainda são relevantes na contemporaneidade. Também demonstra o tamanho do impacto que o Estreito de Ormuz tem para a economia internacional contemporânea e como ele pode ser usado como trunfo geopolítico em situações de tensões regionais.

Referências

- Associated Press. "Oil Prices Sink and Stocks Leap Worldwide on Hopes for a Reopening of the Strait of Hormuz." AP News, 6 de maio de 2026. Acesso em 9 de maio de 2026. <https://apnews.com/article/stocks-markets-oil-iran-trump-fddc46573a120d8235d0b696350b268d>.
- Baig, Naim Tahir. "Chokepoint as Weapon: Iran's Strait of Hormuz Blockade Strategy in the February–March 2026 War." *Journal of International Security Studies* 10, no. 1 (março de 2026): 1–25. [VERIFICAR — ver observações]
- CNN. "Tanker Attacks: A Timeline of Tensions between Iran and the US." CNN International, 14 de junho de 2019. [FALTA URL]
- Correio da Manhã. "Mapa do Estreito de Ormuz." 24 de junho de 2025. Acesso em 14 de maio de 2026. <https://www.cmjornal.pt/multimedia/infograficos/detalhe/mapa-do-estreito-de-ormuz>.
- Encyclopaedia Britannica. "Strait of Hormuz." Acesso em 9 de maio de 2026. <https://www.britannica.com/place/Strait-of-Hormuz>.
- International Energy Agency. "Strait of Hormuz." Paris: IEA, s.d. Acesso em 10 de abril de 2026. <https://www.iea.org/about/oil-security-and-emergency-response/strait-of-hormuz>.
- . Strait of Hormuz Factsheet. Paris: IEA, fevereiro de 2026.
- Mahan, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783*. Boston: Little, Brown and Co., 1890.
- Naval History and Heritage Command. "Operation Praying Mantis." Washington, DC: United States Navy, s.d. Acesso em 9 de maio de 2026. <https://www.history.navy.mil/browse-by-topic/wars-conflicts-and-operations/middle-east/praying-mantis.html>.
- United Nations. *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Montego Bay, 10 de dezembro de 1982. 1833 U.N.T.S. 397.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *Strait of Hormuz Disruptions: Growth and Financial Implications*. Geneva: United Nations, 1 de abril de 2026. Acesso em 10 de abril de 2026. <https://unctad.org/publication/strait-hormuz-disruptions-growth-and-financial-implications>.
- . *Strait of Hormuz Disruptions: Implications for Global Trade and Development*. Geneva: United Nations, 10 de março de 2026. Acesso em 10 de abril de 2026. <https://unctad.org/publication/strait-hormuz-disruptions-implications-global-trade-and-development>.

4. O 15º Plano Quinquenal da China: perspectivas e destaques

Octávio Oliveira¹⁵

Luísa Barbosa Azevedo¹⁶

Pablo de Moraes Barros Vicente¹⁷

Desde a fundação da República Popular da China (RPC), sob a liderança do Partido Comunista da China (PCCh), o governo chinês elabora e implementa planos de desenvolvimento socioeconômico de médio a longo prazo¹⁸. Entender o papel do planejamento no sistema da economia de mercado socialista com

características chinesas é fundamental para analisar o fenômeno de crescimento econômico do país. Dessa forma, os Planos Quinquenais (PQ), conhecidos como Wǔnián Guīhuà (五年规划), são mecanismos de coordenação de políticas públicas ao passo que elaboram metas, provêm legitimidade a decisões políticas e descentralizam os processos de decisão entre autoridades governamentais e mercado (Yin; Xu, 2022). Tendo o 1º Plano Quinquenal (1953-1957) sido lançado em 1952, foram elaborados 15 Planos com implementação até o ano de 2030.

A forma de planejamento adotada pela China tem suas particularidades quanto à natureza e aos níveis desse processo. Uma característica distintiva, incorporada gradativamente aos planos, é a flexibilidade e a adoção de aprendizados dos planos anteriores. Quanto aos níveis administrativos, a forma de planejamento é dividida entre os níveis nacional, de província, cidades e distritos, sendo esses

¹⁵. Doutorando no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Pesquisador visitante na Universidade de Joanesburgo (UJ) e no Institute of Pan-African Thought and Conversation (IPATC). Bolsista FAPERJ Nota 10. E-mail: octavioco98@gmail.com

¹⁶ Mestranda em Relações Internacionais pelo PPGRI-UERJ e Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ. E-mail: luisabarbosazevedo@gmail.com.

¹⁷ Graduando no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: pablovicente2405@gmail.com

¹⁸ Exceto nos períodos de recuperação econômica entre 1949 e 1952 e de reajuste econômico de 1963 a 1965.

classificados por objeto e função. A elaboração perpassa o Estado, o PCCh, as províncias, ministérios, centros universitários e consultas públicas à sociedade. A implementação, por sua vez, é orientada por um mecanismo de “*one-body and two wing*”, com centralidade de decisões do PCCh por meio da revisão de indicadores do governo e do mercado.

O Plano, então, constitui uma visão estratégica que orienta decisões políticas com foco em políticas nacionais públicas e estratégicas para o crescimento chinês regional e internacionalmente.

Analizamos o mais recente plano quinquenal chinês, ressaltando seus principais aspectos, suas diferenças e continuidades com planos anteriores. Ao fim, fornecemos um sumário com os destaques do plano e apontamentos para o futuro do país.

Destaques do Plano

O 15º Plano Quinquenal para desenvolvimento socioeconômico nacional (2026-2030) da China foi apresentado durante a sessão do 20º Comitê Central do PCCh, em 12 de março de 2026. O documento é lançado em um cenário internacional conturbado e marcado por conflitos geopolíticos, a crise da ordem liberal e seus mecanismos de multilateralismo. Nesse contexto, a China busca fortalecer internamente os motores de crescimento da modernização econômica e social, de modo a assegurar a capacidade de governança estatal devido às desigualdades sociais internas.

O 15º PQ tem como princípios a liderança do Partido, a supremacia do povo, o desenvolvimento de alta qualidade, o aprofundamento da reforma socioeconômica, a combinação de mercado eficiente e competência do governo e a coordenação entre desenvolvimento e segurança. Com isso, estabelece seis principais objetivos:

Quadro 1
Principais objetivos de desenvolvimento socioeconômico do 15º Plano
Quinquenal (2026-2030)

Crescimento e Desenvolvimento econômico nacional unificado
Elevar o nível de autossuficiência e fortalecimento em ciência e tecnologia
Aprofundamento integral da reforma do sistema socialista de governança estatal e modernização econômica
Elevar o nível da civilidade social
Melhorar constantemente a qualidade de vida do povo
Avanços na <i>Beautiful China Initiative</i> de redução de emissões de carbono
Fortalecer as capacidades de segurança nacional

Fonte: Draft 15th Five-Year Plan for National Economic and Social Development. Elaborado pelos autores.

No setor econômico, destaca-se a necessidade da construção de um mercado unificado nacional, com a demanda interna como principal motor do crescimento econômico do setor industrial do país. A indústria chinesa é conceituada como estratégica e competitiva globalmente, especialmente nos setores de mineração, metalurgia, química, indústria leve, têxtil, maquinário e construção naval. Destacam-se, ainda, a defesa do sistema de comércio multilateral, a promoção do desenvolvimento regional coordenado e a atualização estratégica das zonas-piloto de livre comércio, a exemplo do projeto de construção do Porto de Hainan.

Desta forma, o 15º PQ posiciona pilares estratégicos da indústria nacional chinesa com projeção regional e internacional. No plano internacional, a *Belt and Road Initiative* é mencionada como instrumento de fortalecimento da conectividade física de infraestrutura e conectividade “branda” em normas e padrões, bem como para abrir cooperação nas áreas de desenvolvimento de energia verde, Inteligência Artificial (IA), economia digital, saúde pública, turismo e agricultura.

Comparação e Inovação do 15º Plano

O 15º Plano Quinquenal ressalta uma emergente questão global: o desenvolvimento e governança da IA. Denominada “China digital”, a autossuficiência tecnológica é ressaltada como estrutural para o desenvolvimento científico e tecnológico, sendo esse um pilar da modernização socialista. O país busca o desenvolvimento de tecnologias de fronteira como a IA, tecnologia quântica, biotecnologia e energia verde. As principais metas nessa questão incluem o aumento para 12,5% do Produto Interno Bruto (PIB) das indústrias digitais e crescimento de gastos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) a mais de 7% ao ano. A ambiciosa meta de PIB vem junto com a terminologia de “novas forças produtivas de qualidade”, ressaltando a centralidade da autossuficiência tecnológica do país como motor do bem-estar. Esta meta está relacionada com o objetivo maior do presidente Xi Jinping de alcançar o PIB per capita equivalente ao nível médio dos países desenvolvidos. Não existe consenso quanto aos valores exatos que representam esta meta, contudo, o Conselho de Estado da RPC estima algo em torno de USD 20.000, representando o dobro dos valores referentes a 2020.

Em comparação com o 14º Plano Quinquenal (2021-2025), observa-se a interligação entre inovação e desenvolvimento industrial com a digitalização e autossuficiência tecnológica como novas forças motrizes da modernização do sistema socialista chinês. Segundo o *World Economic Forum*, o termo tecnologia tornou-se progressivamente mais abordado nos Planos Quinquenais, saltando de 89 para 121 aparições no último plano.

O mais recente PQ mantém o norte do desenvolvimento da nação: a tecnologia como espinha dorsal do crescimento chinês. Desse modo, é necessário analisar como essa tecnologia é instrumentalizada na China e como isso reflete no novo PQ. Nesse sentido, as diretrizes desse plano buscam a modernização de setores “tradicionais” da indústria como os setores têxtil, metalúrgico e

petroquímico, o que indica, como um dos objetivos do PCCh, uma concentração da indústria de base no território chinês. Em contrapartida, os setores de alta tecnologia e valor agregado são colocados como catalisadores da mudança do “ecossistema industrial” da China, visto que tecnologias como Inteligência Artificial Generativa, comunicação móvel 6G e ferramentas de biofabricação são apresentadas no PQ como fundamentais para o crescimento econômico, exigindo a criação de regulamentações e políticas para o uso devido dessas novas tecnologias.

Nesse aspecto, é interessante analisar como essas tecnologias impactam o meio ambiente, destacado no PQ pelo esforço da RPC com o desenvolvimento verde, maior independência de recursos fósseis, além da diminuição das emissões de carbono. Para tanto, o 15º Plano estabelece a meta de que $\frac{1}{4}$ de toda a energia utilizada na nação seja oriunda de recursos não fósseis, um avanço nessa discussão em comparação ao 14º Plano, no qual a meta era inexistente. Todavia, esse discurso também possui uma face conservadora e realista, dado que a China não conseguiu atingir a meta estabelecida — no 14º Plano — de redução de emissões de carbono em 18% por unidade de PIB. A atual meta representa, portanto, uma menor ambição em termos absolutos de redução de emissões, aproximando-se do valor reduzido no ano de 2025. Em última análise, o 15º Plano Quinquenal da RPC conserva os ideais de avanço tecnológico como parte fundamental para o desenvolvimento e aumento da influência da China no cenário internacional, bem como a obtenção das condições materiais que viabilizem a consecução da modernização socialista chinesa.

Quadro 2
Sumário dos Principais Indicadores e Metas do 15º Plano Quinquenal
(2026-2030)

Categoria	Indicador	Linha de base 2025	Meta 2030
Desenvolvimento econômico	Crescimento do PIB	–	Manter em uma faixa razoável
	Crescimento da produtividade do trabalho	–	Superior ao crescimento do PIB
	Taxa de urbanização (população residente)	67,90%	71%
Desenvolvimento orientado à inovação	Crescimento médio anual do gasto em P&D	–	> 7%
	Patentes de invenção de alto valor por 10.000 pessoas	15,3 itens	> 22 itens
	Participação do valor agregado das indústrias centrais da economia digital no PIB	10,20%	12,50%
Bem-estar e condições de vida da população	Taxa de desemprego urbano (pesquisa)	5,20%	< 5,5%
	Crescimento da renda disponível per capita	–	Em linha com o crescimento do PIB
	Anos médios de escolaridade da população em idade ativa	11,3 anos	11,7 anos
	Médicos licenciados por 1.000 pessoas	3,2 pessoas	3,7 pessoas
	Enfermeiros registrados por 1.000 pessoas	3,9 pessoas	5,1 pessoas
	Participação de leitos de cuidados de enfermagem em instituições para idosos	62%	73%
	Aumento da taxa de matrícula em creches para crianças menores de 3 anos	–	6 pontos percentuais
	Expectativa de vida	78,6 anos	80 anos
Desenvolvimento verde	Redução das emissões de CO ₂ por unidade do PIB	–	–17%
	Participação de energia não fóssil no consumo total de energia	20,80%	25%
	Concentração de PM _{2,5} em cidades de nível de prefeitura ou superior	29,8 µg/m ³	< 27 µg/m ³

	Participação de águas superficiais com qualidade Grau III ou superior	83%	85%
	Taxa de cobertura florestal	24,10%	25,80%
Segurança e resiliência	Capacidade abrangente de produção de grãos	1,39 trilhões de jin	≈ 1,45 trilhões de jin
	Capacidade total de produção de energia	4,8 bilhões de toneladas de carvão	5,8 bilhões de toneladas de carvão

Fonte: Draft 15th Five-Year Plan for National Economic and Social Development. Elaborado pelos autores.

Conclusão

O 15º Plano Quinquenal coloca a continuidade do projeto de modernização socialista da China no centro da pauta, tendo como foco o avanço das “novas forças produtivas de qualidade”, sobretudo no que tange aos setores mais intensivos em P&D. Em um contexto internacional marcado por instabilidade geopolítica, disrupções tecnológicas exacerbadas e transformações econômicas globais, o plano representa uma nova etapa no desenvolvimento chinês, na qual o foco se desloca para a estabilização e construção de um moderno regime de bem-estar social para a maior classe média da história de sua civilização. A ênfase na inovação científica, na autossuficiência tecnológica e na modernização industrial não constitui apenas um objetivo estratégico em meio à emergente multipolaridade em nível global, mas também um aspecto da sobrevivência de sua própria economia doméstica em transformação, algo evidente desde 2020, quando o presidente Xi estabeleceu a estratégia de “Dupla Circulação”, robustecendo o mercado doméstico e diminuindo sua dependência externa.

Comparativamente aos planos precedentes, o 15º PQ mantém a continuidade de diretrizes estruturais no que tange aos setores estratégicos da economia, incorporando prioridades que avançam a complexidade e dinamismo destes setores, como é o caso do campo da inteligência artificial, economia digital e transição energética. Embora o plano apresente metas ambiciosas de desenvolvimento verde e expansão tecnológica, também revela uma postura

pragmática diante das limitações econômicas e ambientais enfrentadas pelo país nos últimos anos, com metas mais modestas do que se esperava, sobretudo no âmbito da sustentabilidade. Por fim, o atual plano incorpora medidas que são sintomáticas dos desenvolvimentos e tendências globais evidenciadas desde a pandemia, tendo uma diretriz geral que aponta, para além do estabelecimento da posição sistêmica da China na economia global, acima de tudo, o próprio desenvolvimento doméstico do país, de modo a salvaguardar o regime do PCCh.

Referências

- China. Communist Party of China, Central Committee. Recommendations of the Central Committee of the Communist Party of China for Formulating the 15th Five-Year Plan for National Economic and Social Development. Beijing: Central Committee of the Communist Party of China, 2026.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.
- Li, Qiang. Report on the Work of the Government: Delivered at the Fourth Session of the 14th National People's Congress of the People's Republic of China on March 5, 2026. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2026.
- World Economic Forum. "What Does China's New 5-Year Plan Mean for Global Trade and Investment?" World Economic Forum, 30 de março de 2026. Acesso em 5 de abril de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2026/03/what-china-new-5-year-plan-mean-global-trade-and-investment/>.
- Yin, Jun, e Jia Xu. China's Plan for Economic and Social Development: A Review from the 1st to 14th Five-Year Plan. Beijing: Peking University Press; Singapore: Springer, 2022.



PASSADO E PRESENTE

25 anos das relações Brasil - Coreia do Norte

Alanna Itajahy¹⁹

Júlia Lameiras²⁰

Martha Silveira Nummer²¹

A República Popular Democrática da Coreia (RPDC) é um pequeno país localizado em uma formação geográfica peninsular no extremo Leste da Ásia e que se apresenta em uma situação peculiar em relação ao resto do mundo: contendas ideológicas que cresceram ao mesmo tempo orgânica e artificialmente no decorrer da história local permitiram a formação de um Estado socialista cujo objetivo maior seria a libertação de sua população

por meio da obtenção da capacidade de exercer sua autonomia e soberania, concebido pelo presidente Kim Il-sung na ideia *Juche*.

A ideia *Juche* foi enunciada formalmente por Kim Il-sung em junho de 1930 e organizada em formato de livro por Kim Jong Il em 1982. Tendo como princípio filosófico a máxima de que as massas populares seriam o sujeito último da história, o *Juche* concebe a história da humanidade como uma criação coletiva e consciente dessas massas em movimentos de independência. Traduzindo essa filosofia para a prática na realidade coreana, determinou-se como princípios diretivos: a independência intelectual e ideológica, a soberania plena nas decisões de Estado, o desenvolvimento econômico com base nas próprias forças e o desenvolvimento da capacidade de autodefesa (Kim, 2018). Ainda que o movimento não rompa com o marxismo-leninismo, essas determinações explicitam formas de construir a história nacional da

¹⁹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ. Bolsista CAPES. E-mail: itajahyalanna@gmail.com

²⁰ Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de IC pelo PIBIC, pesquisadora do LabÁsia e do DataMundi. E-mail: lameirasjulia@gmail.com

²¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). E-mail: marthanmmr@gmail.com

maneira mais autônoma possível, fortemente interveio na sociedade rejeitando categoricamente a coreana ao longo dos milênios da presença estrangeira que tão história local.

Imagem 1
Mapa da Coreia do Norte



Fonte: Britannica (2006)

Ocorre que a Península Coreana ocupa uma posição geográfica que a torna estruturalmente vulnerável à penetração de potências externas. Situada entre domínios administrativos que depois viriam a formar a China, o Japão e a Rússia, sua relevância estratégica permite concebê-la como região pivô para as movimentações políticas e militares dessas potências (Hwang, 2017; Agarwal, 2006). Isso estabeleceu uma lógica que se reproduziu sistematicamente: elites coreanas em conflito entre si buscavam apoio externo — ora da China, ora do Japão, ora de potências ocidentais que viriam a ter interesse na região —

desequilibrando a soberania local e criando oportunidades para intervenção (Hwang, 2017).

Em 1945, com a rendição japonesa e o fim da Segunda Guerra Mundial, a Península Coreana passou a ser militarmente ocupada pelos EUA ao Sul e pela URSS ao Norte. A RPDC foi fundada em setembro de 1948 nesse cenário turbulento de disputas de influência. No ano seguinte foi fundado o Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC), por Kim Il-sung e outros líderes da guerrilha antijaponesa. Como resposta à necessidade de estabilização do poder diante do anticomunismo que fervilhava no Ocidente e ao faccionismo e revisionismo que cresciam internamente, foi estabelecido o sistema *Suryong*, que confere poder absoluto ao dirigente da nação. Este passa então a ser considerado núcleo do Estado e alguém a quem se deve lealdade, posto que faz as vezes de “pai” da nação (Chung, 2005).

Quadro 1
Líderes do Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC)

Governante	Período no poder	Títulos ²²
Kim Il-sung 김일성	1948 – 1994	Primeiro-ministro (1948-1972) Presidente do PTC (1946-1966) Secretário geral do PTC (1966-1994) Presidente da RPDC (1972-1994)
Kim Jong-il 김정일	1994 – 2011	Comandante Supremo das Forças Armadas (1991-2011) Presidente da Comissão de Defesa Nacional (1993-2011) Secretário-Geral do PTC (1997-2011) Presidente “Eterno” da RPDC (1998-presente)
Kim Jong-un 김정은	2011 – presente	Comandante Supremo das Forças Armadas (2011-presente)

²² Os líderes acumulam cargos simultaneamente.

Governante	Período no poder	Títulos ²²
		Primeiro Secretário do PTC e Primeiro Presidente da Comissão de Defesa Nacional (2012-2016) Presidente do PTC (2016-2021) Presidente da Comissão de Assuntos de Estado (2016-presente) Secretário-Geral do PTC (2021-presente)

Fonte: Elaboração própria com base em Chung (2005), Hwang (2017) e Agarwal (2006)

Nesse sentido, o *Juche* funcionaria como uma ideologia de legitimação do governo, mas também como resposta a uma condição estrutural real: a posição da Península como zona de disputa entre potências. Quando aliado à política Songun, que pregava a ênfase no militarismo, o *Juche* traz à luz a relevância do desenvolvimento de uma estratégia nuclear, que também foi impulsionada pela ameaça explícita de ataque nuclear por parte dos EUA (Chung, 2005).

Este foi um desenvolvimento histórico que engendrou relações diplomáticas complicadas com o resto do mundo, tanto pelo ímpeto protecionista frente aos estrangeirismos, quanto pelo isolamento imposto pelas potências ocidentais, sobretudo com as sanções dos EUA. As primeiras sanções foram introduzidas ainda em 1950 e foram recrudescendo entre as décadas de 1990 e 2000 com o desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano e sua retirada do Tratado de Não Proliferação Nuclear em 2003. Conforme explicam Visentini, Pereira e Melchionna (2015), durante a Guerra Fria a RPDC manteve relações diplomáticas apenas com outros Estados socialistas.

Nas décadas que se seguiram, o país expandiu suas relações com países do chamado Sul Global, aderindo ao Movimento dos Países Não Alinhados em 1975. Passadas as tensões, durante a década de 1990, o governo de Kim Jong-il passou

a buscar constituir relações diplomáticas melhores com os países capitalistas do chamado Norte Global.

O Brasil, tendo passado pelo período da Guerra Fria com uma política de aproximação ideológica aos EUA, só se voltou para o continente asiático com o fim do confronto Leste-Oeste e início de mudanças na política nacional, que passava pelo período de redemocratização e abertura econômica (Costa, 2026). Assim, o governo Itamar Franco (1992-1995) iniciou um movimento de priorização das relações especialmente com os países do Leste Asiático que se manteve mesmo com a troca de liderança política em 1995, quando assumiu a presidência Fernando Henrique Cardoso (Costa, 2026).

Foi nessa toada que a RPDC constituiu relações diplomáticas com o Brasil em 9 de março de 2001, inicialmente sem o estabelecimento de embaixadas (Brasil, 2001). Estas foram abertas apenas em 2005, já no governo Lula (2003-2011), quando houve maior preocupação com a ampliação da presença diplomática norte-coreana no Brasil. Nesse sentido, em maio de 2006 estabeleceu-se o Acordo Comercial Brasil-RPDC (Brasil, 2006), que à época buscava promover o livre comércio de mercadorias, mas que na prática nunca entrou em vigor e foi suspenso após o teste nuclear subterrâneo em outubro de 2006, durante o governo de Kim Jong-il.

Ao longo daquela década, o governo brasileiro tentou manter relações amigáveis com Pyongyang, criando um mecanismo de diálogo político entre o Itamaraty e o Ministério das Relações Exteriores da RPDC em 2007, por meio do Memorando de Entendimento sobre Consulta Política Bilateral, e também com os movimentos de aproximação de 2009, com a abertura da embaixada do Brasil em Pyongyang e o estabelecimento do Protocolo Adicional ao Acordo Comercial, uma tentativa de manter o acordo comercial anterior (Brasil, 2009; Brasil, 2025). Ainda com essa ideia de estreitar relações, em 2010 o governo estabeleceu um acordo com o objetivo de desenvolver cooperação que estimulasse maior progresso

econômico e técnico em áreas de interesse comum, dando ênfase ao desenvolvimento sustentável, embora este também tenha sido descontinuado posteriormente (Brasil, 2010).

Imagem 2

Encontro entre os senadores Pedro Chaves e Fernando Collor com Kim Yong-nam, ex-presidente da Assembleia Popular Suprema, em 2018.



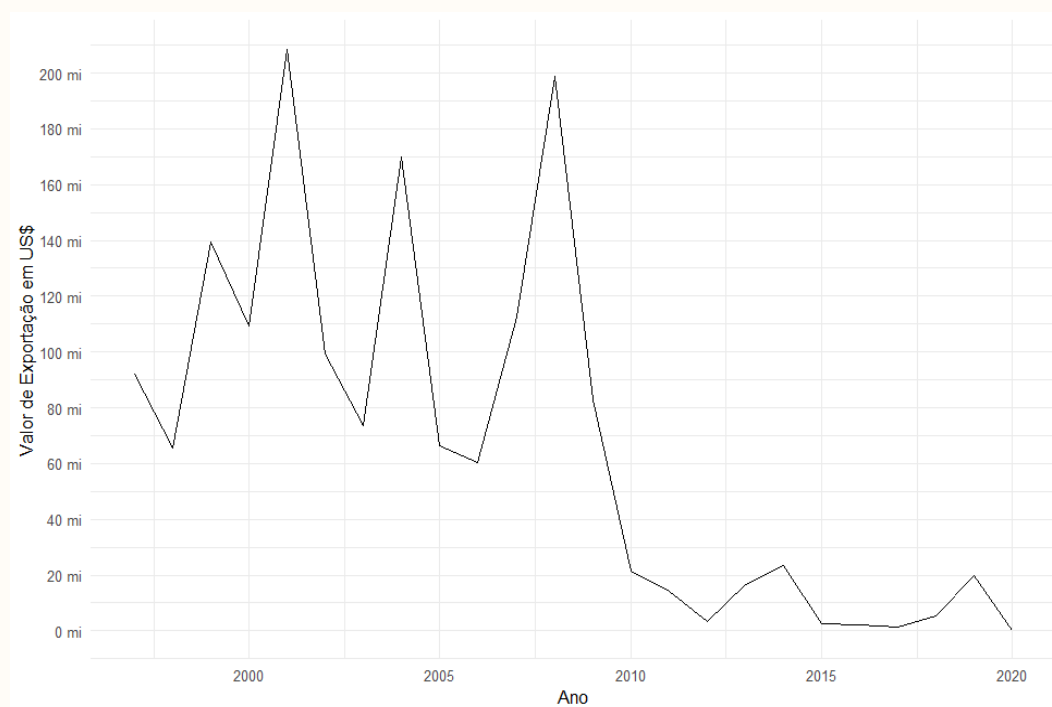
Fonte: Agência Senado (2018)

Embora a relação esteja marcada por dificuldades envolvendo a protocolação de acordos e sua continuidade, bem como as fortes sanções internacionais que cerceiam a atuação da RPDC, o Brasil manteve o canal de diálogo aberto e atuou para aprofundar esse relacionamento. Além da cooperação técnica, o Brasil prestou assistência humanitária a Pyongyang em três ocasiões (2010, 2011 e 2012), por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas. Similarmente, dois encontros extraoficiais entre chanceleres no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2010 e 2018, demonstram o respeito e a confiança entre os dois países (Brasil, 2025).

Observando a Figura 1, de exportações brasileiras para a RPDC, é possível ver que, em 2020, o Brasil exportou para ela mais de 92 mil dólares em produtos, mas isso representou o valor mais baixo desde 1997, ano de início da base de exportação disponibilizada pelo governo brasileiro. Isso se deveu ao advento da pandemia de Covid-19, que levou à paralisação total das trocas comerciais entre os dois países, de acordo com as políticas de saúde e segurança da RPDC. Como pode ser visto na Figura 2, em sua maioria, essas exportações feitas antes da paralisação consistiram em derivados organofosforados, tintas de polímeros sintéticos e bebidas como cervejas de malte, águas minerais, leite e outras bebidas não alcoólicas, além de diferentes alimentos, de miudezas de galinha a frutas e vegetais.

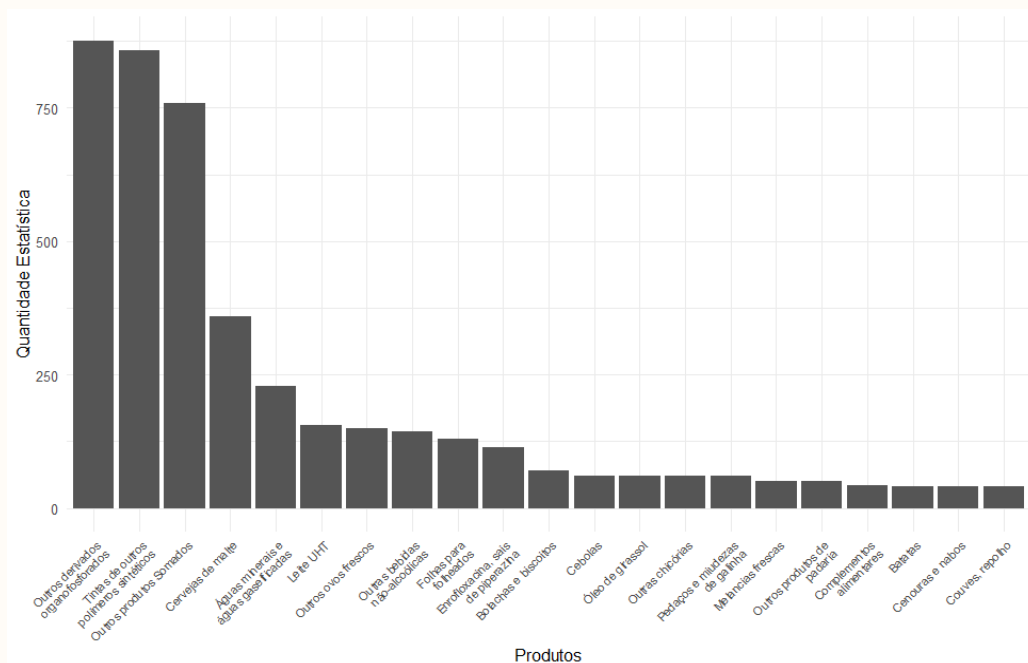
Figura 1

Exportações Brasileiras para a Coreia do Norte 1997-2020



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do Comex Stat (2026)

Figura 2
Exportações Brasileiras para a Coreia do Norte em 2020



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do Comex Stat (2026)

Já em 2025, o diplomata Ricardo Primo Portugal²³ foi indicado para o cargo de embaixador em Pyongyang (Brasil, 2025), sendo aprovado pelo Senado Federal em fevereiro de 2026. Portugal defendeu, principalmente, a reativação de acordos agrícolas entre os dois países e refletiu sobre a importância da aliança como um reflexo da “confiança e a respeitabilidade conquistadas pelo Brasil em sua atuação internacional, em consonância com os princípios constitucionais da política externa” (PODER360, 2026).

²³ Ricardo iniciou na diplomacia em 1998 e já trabalhou também no Equador, na Bélgica e na Albânia. Seus interesses se concentram em temas da Ásia Oriental, com destaque para a China, as Coreias e o Sudeste Asiático, e também a temas consulares e de emigração (Agência Senado, 2026).

Referências

- Agarwal, B. S. "Korea as an Epicentre of Northeast Asian Power Politics: A Historical and Geopolitical Perspective." *The Indian Journal of Political Science* 67, no. 2 (2006): 261–278. <https://www.jstor.org/stable/41856213>.
- Brasil, Ministério das Relações Exteriores. Acordo Básico de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular e Democrática da Coreia. Pyongyang, 2010. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6988>.
- . Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular Democrática da Coreia. Pyongyang, 2006. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5626>.
- . Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular Democrática da Coreia. Brasília: Itamaraty, 2001. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/4700>.
- . "Concessão de 'agrément' ao embaixador designado do Brasil na República Popular Democrática da Coreia." Nota à imprensa, Brasília, 2026. Acesso em 9 de abril de 2026. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/concessao-de-agre-ment-ao-embaixador-designado-do-brasil-na-republica-popular-democratica-da-coreia.
- . Protocolo Adicional ao Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular Democrática da Coreia. Pyongyang, 2009. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6606>.
- . "Relações Brasil-RPDC." Brasília: Itamaraty, 2025. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-pyongyang/relacoes-brasil-rpdc>.
- Chung, Young Chul. "The Suryong System as a Collectivist Developmental Strategy." Working Paper No. 02-05, Mario Einaudi Center for International Studies, Cornell University, 2005. <https://ecommons.cornell.edu/entities/publication/b4eb050d-814b-4d16-836d-571385116ace>.
- Costa, J. "Brasil e Coreia: uma relação em construção." *Revista Liceu On-Line* 1, no. 1 (2026)
- Hwang, Kyung Moon. *A History of Korea: An Episodic Narrative*. 2ª ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2017.
- Kim, Jong Il. *Sobre a Ideia Juche*. S.l.: Edições Nova Cultura, 2018.
- Poder360. "Senado aprova indicação de embaixador para a Coreia do Norte." Poder360, [dia e mês], 2026. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/senado-aprova-indicacao-de-embaixador-para-a-coreia-do-norte/>.
- Visentini, Paulo Fagundes, Helena Melchionna, e Analúcia Danilevicz Pereira. *A Revolução Coreana: O Desconhecido Socialismo Zuche*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.



CONEXÕES BRASIL - CHINA

CONECTANDO HORIZONTES

UM RECONTAR

DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA

Ana Carolina Gomes¹

Maria Luisa Serra²

Compreender a evolução das relações sino-brasileiras é fundamental para entender o papel que ambos os países exercem no cenário político contemporâneo. Mais do que uma simples troca de mercadorias, a construção da parceria estratégica representa uma categoria que prevê articulação política conjunta em temas de interesse mútuo (Altemani, 2012). Desde 2009, a China se consolidou como o maior parceiro comercial do Brasil (Konchinski, 2025), resultado de uma trajetória que remonta ao século XIX e que atravessou guerras, ditaduras e reorientações de política externa. Este texto reconstrói os principais marcos históricos dessa relação bilateral, argumentando que sua evolução revela menos uma aproximação linear do que um processo tenso e descontínuo, moldado tanto por imperativos econômicos quanto por disputas sobre autonomia e alinhamento no sistema internacional.

¹ Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de IC pelo FAPERJ pesquisadora do LabÁsia.

² Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Extensão da UERJ, pesquisadora do LabÁsia.

LINHA DO TEMPO

1974

Estabelecimento das Relações Diplomáticas

1988

Assinatura do Programa CBERJ
(Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres)

1993

Parceria Estratégica

2001

Entrada na OMC

2004

Criação da COSBAN

2009

Maior Parceria comercial do Brasil
Primeira Cúpula dos BRIC,
Criação da Coalizão BASIC

2010

Primeiro Plano de Ação Conjunta
entre Brasil-China (2010 - 2014)

2012

Parceria estratégica Global,
Criação do Diálogo Estratégico Global (DEG)

2024

Comunidade de Futuro Compartilhado Brasil-China
Por um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável



Embora o estabelecimento formal de laços diplomáticos tenha ocorrido apenas em 1974, sob o governo Geisel, a história dessa relação é bem mais antiga e começa num momento de turbulência para a China. Cantão era, no início do século XIX, o único porto chinês aberto ao comércio estrangeiro, e era ali que o mundo chegava ao Império Qing. Em 1830, os ingleses já dominavam as operações comerciais do porto, exportando seda, chá e porcelana para a Europa e introduzindo na nação asiática carregamentos crescentes de ópio.

A Primeira Guerra do Ópio, entre 1839 e 1842, resultou na derrota chinesa e na subordinação do Império às potências ocidentais, inaugurando o que os chineses denominam seu "século das humilhações". Em 1879, D. Pedro II autorizou a partida da corveta "Vital de Oliveira" em direção à China. A bordo, além de 184 tripulantes, seguia uma missão diplomática com o objetivo de negociar mão de obra chinesa para substituir o trabalho escravo no Brasil, em um momento em que o abolicionismo avançava e a elite agrária buscava alternativas.

A viagem durou mais de 400 dias e foi marcada por um alto custo humano. A missão fez escala em Hong Kong, mas conduziu as longas negociações em Tianjin, que resultaram, em 1881, na assinatura do "Tratado de Amizade, Comércio e Navegação", ratificado pelo Brasil em 1882. O tratado, contudo, não cumpriu seu objetivo original: o que dele restou foi a abertura de um consulado-geral brasileiro em Xangai, em 1883 (Scomazzon; Franco, 2020), posteriormente fechado com a Revolução Chinesa de 1949.

Figura 2 - GAO JIANFU, "Peng Shoujian", 1943

João Goulart, o

presidente eleito em 1961

Décadas depois, a emblemática viagem do vice-presidente João Goulart à China, em 1961, retomou esse fio histórico sob uma nova perspectiva e sinalizou uma aproximação com a China continental (Carneiro et al., 2021). A visita ocorreu em um contexto de efervescência da Política Externa Independente (PEI), formulada durante o governo Jânio Quadros e posteriormente conduzida por San Tiago Dantas.

A PEI buscava diversificar as relações exteriores brasileiras para além do alinhamento automático com Washington, ampliando o diálogo com diferentes polos do sistema internacional. A aproximação com a China, nesse contexto, não ocorreu por acaso e gerou desconforto entre setores políticos e militares brasileiros, além de despertar desconfiança por parte dos Estados Unidos.



Figura 4 - Força policial no período da ditadura, 1968 (Fonte: Fundo Documental do jornal Correio da Manhã)

O golpe militar de 1964 retardou em cerca de dez anos o diálogo entre as duas nações. As relações Brasil-China durante esse período foram marcadas por interações pontuais, em razão de divergências políticas e ideológicas, sobretudo porque o Brasil voltou sua atenção para o cenário político interno, institucionalizando políticas anticomunistas e alinhando-se ideologicamente aos Estados Unidos da América.

O cenário começou a mudar ainda durante a ditadura militar com o "Pragmatismo Ecumênico e Responsável" — doutrina formulada pelo chanceler Azeredo da Silveira durante o governo Geisel —, que, em prol do desenvolvimento brasileiro, defendia a ampliação das relações econômicas com outros Estados. Tal orientação refletia uma leitura realista e autonomista da inserção internacional brasileira, buscando reduzir vulnerabilidades estruturais por meio da diversificação de parceiros comerciais e tecnológicos, sem necessariamente implicar uma ruptura ideológica com o Ocidente (Pinheiro, 2007).

Além disso, do outro lado do mundo, também ocorriam profundas transformações, assim como os próprios rumos da Guerra Fria alteravam as relações entre Estados Unidos e China. Na década de 1970, a reaproximação entre Washington e Pequim permitiu, gradativamente, a ampliação das relações internacionais do país asiático. Ademais, o reconhecimento da República Popular da China como representante legítima da China na Organização das Nações Unidas, com a consequente ocupação do assento permanente no Conselho de Segurança em substituição a Taiwan, abriu caminho para a normalização das relações diplomáticas com o Brasil e com outros países aliados dos Estados Unidos.

Não por acaso, em 1972, o presidente da Associação Brasileira de Exportadores, Giulite Coutinho, chefiou uma missão empresarial à China, iniciativa que trouxe para o primeiro plano das agendas dos dois governos a necessidade do reconhecimento político e diplomático (Delfim Netto, 2009). Nesse sentido, colocando em perspectiva, o marco de 1974 revela-se tanto como uma convergência política, quanto como uma coincidência de pragmatismos, onde de um lado temos brasileiro, em busca de mercados e do outro lado o chinês, em busca de reconhecimento e legitimidade internacional.



Figura 5: Severo Gomes, Antônio Azeredo da Silveira e Chen Jié, Brinde com café brasileiro no Palácio do Itamaraty, 1974 (Fonte: Jornal Folha de São Paulo)

1974

O período de 1974 a 1985 foi marcado pela transição de uma relação estritamente comercial para uma cooperação de caráter técnico e científico que não pode ser observada apenas pelo ângulo brasileiro. Do lado chinês, o período coincide com uma das maiores rupturas de sua história contemporânea. A partir de 1978, sob Deng Xiaoping, a China adotou o programa das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, defesa e ciência-tecnologia), lançando uma política de abertura controlada ao exterior (Deng, 1978). A tarefa central do governo chinês passou a ser a modernização da economia, e a cooperação internacional econômica e tecnológica assumiu papel estratégico nesse projeto. Nesse contexto, a assinatura do Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica entre Brasil e China em 1982 não foi um gesto unilateral de abertura brasileira - foi também uma resposta chinesa à necessidade de absorver conhecimento e tecnologia externos.

A visita do Presidente João Figueiredo à China em 1984, a primeira de um chefe de Estado brasileiro à República Popular da China (Brasil, 1984), simbolizou a consolidação de uma agenda bilateral que transcendia o intercâmbio de commodities, ainda que a assimetria estrutural entre as duas economias já começasse a se esboçar naquele momento. Isso prenunciou debates que ganharam centralidade décadas mais tarde acerca de dependência, desigualdades e assimetrias nas relações entre Brasília e Pequim. Um exemplo disso é justamente a parceria envolvendo o programa CBERS.

1985

O programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), instituído em 1988, fez parte de uma iniciativa inovadora no setor técnico-científico espacial, possibilitando a transferência de tecnologia e o intercâmbio de pesquisadores entre Brasil e China. O programa desenvolveu dois satélites idênticos, o CBERS-1 e o CBERS-2, com o objetivo de inserir ambos os países no mercado de imagens espaciais, até então dominado pelas nações desenvolvidas. Os satélites são utilizados primordialmente para o monitoramento de recursos naturais, contribuindo para a mensuração e o controle do desmatamento e das queimadas na Amazônia Legal, além do monitoramento de recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano e ocupação do solo. Outros acordos de cooperação espacial foram assinados em 2002, prevendo a continuidade do programa com o lançamento de satélites em 2013 e 2014 e, em 2015, com a assinatura de um protocolo para o desenvolvimento e o lançamento de um novo satélite.



Figura 6 - Figueiredo e Deng Xiaoping em Pequim, 1984

(Fonte: Jornal Folha de São Paulo)

A confiança mútua em áreas sensíveis, como a defesa e o uso dual da tecnologia espacial, serviu de base para a oficialização da Parceria Estratégica em 1993, diversificando a cooperação para áreas como saúde, educação, cultura e mídia (Altemani, 2012). A formalização da parceria foi, em grande medida, impulsionada pela visita do presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, sinalizando que Pequim também atribuía valor estratégico à relação, sobretudo no contexto de sua crescente projeção internacional no pós-Guerra Fria (Brasil, 1993). O Brasil foi, nesse sentido, o primeiro país a estabelecer uma parceria estratégica com a China, o que teve um valor simbólico considerável para Pequim em seu processo de construção de legitimidade internacional como potência em desenvolvimento (Altemani, 2012). No plano político, a partir de 2003, segundo Vigevani e Cepaluni (2007), a política externa brasileira, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, buscou diversificar parceiros e opções estratégicas, enfatizando a cooperação Sul-Sul e consolidando mudanças na política externa (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 283).

Sessões Plenárias da COSBAN 2006 – 2024

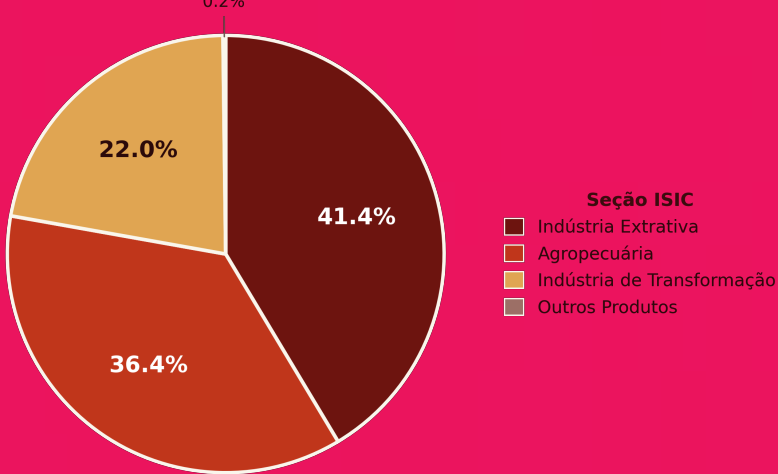
SESSÃO	ANO	LOCAL
I	2006	Pequim
II	2012	Brasília
III	2013	Cantão
IV	2015	Brasília
V	2019	Pequim
VI	2022	Virtual
VII	2024	Pequim 20 ANOS 🌟

Os governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) promoveram um adensamento institucional sem precedentes na relação bilateral, com a criação de mecanismos como o G20, em 2003, e da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 2004. A COSBAN institucionalizou o diálogo de alto nível entre os dois países por meio de sessões plenárias bianuais e da coordenação de subcomissões temáticas que abrangem áreas como política, economia, saúde, educação e cooperação espacial (Lima, 2016). A sétima e, até o momento, última reunião plenária da COSBAN foi realizada em junho de 2024, ano em que se comemoraram os 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China e os 20 anos de criação da Comissão. Na ocasião, também foram anunciados novos instrumentos de cooperação nos setores de agricultura, finanças, meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento social e inovação.

Houve também a consolidação dos BRICS (2006) como plataforma de concertação política entre economias emergentes. Logo após a crise financeira de 2008, a China ultrapassou os Estados Unidos e consolidou-se como o maior parceiro comercial do Brasil, encerrando oito décadas de primazia norte-americana nessa posição. Um marco relevante desse período também foi a elevação da relação ao nível de Parceria Estratégica Global em 2012, com o lançamento do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) e a criação do Diálogo Estratégico Global, consolidando a concertação política em fóruns multilaterais, especialmente no BRICS e na ONU, e a cooperação científico-tecnológica.

Exportações para a China por seção ISIC — 2025

Participação por seção, em US\$ milhões

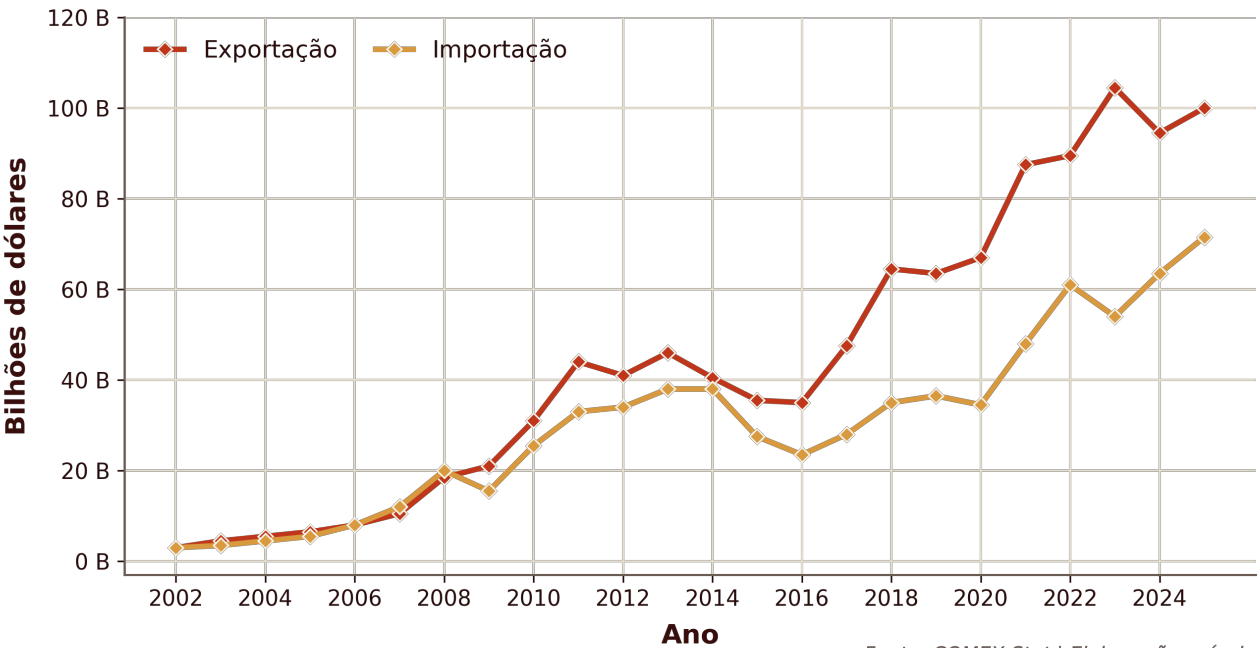


Em paralelo, o período corresponde a uma transformação igualmente profunda na sua projeção internacional. Sob Hu Jintao (2003-2013), a China consolidou a ideia de "ascensão pacífica", buscando ampliar sua presença no Sul Global sem acionar os alarmes das potências ocidentais. Já sob Xi Jinping (a partir de 2013), essa postura evoluiu para uma diplomacia mais assertiva, traduzida em iniciativas como a Rota da Seda e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, que reposicionaram a China como potência estruturante da ordem internacional em desenvolvimento - além de um ator que propõe cada vez mais se engajar no debate acerca de governança global (Xuetong, 2019)

Esse adensamento, contudo, não foi imune às oscilações da política doméstica brasileira. A literatura aponta que as alterações na política externa do Brasil, especialmente na forma como cada governo percebe a relação com as grandes potências, condicionam os rumos da parceria sino-brasileira. O governo Bolsonaro (2019-2022) representa o caso mais extremo, onde a postura ideologicamente hostil a Pequim de setores do governo gerou atritos diplomáticos relevantes, levando inclusive à demissão do chanceler Ernesto Araújo (Saraiva, 2022). Apesar do avanço dos processos mencionados anteriormente, a balança comercial brasileira apresenta superávit em relação à China pelo décimo sétimo ano consecutivo considerando os dados até o final de 2025 e no consolidado Janeiro/ Abril de 2026 tem-se um superávit de US\$ 11,65 bilhões de acordo com os dados disponíveis na Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Brasil-China: Fluxo Comercial (2002-2025)

Exportação e importação brasileira para a China



Fonte: COMEX Stat | Elaboração própria



A China oferece desafios e oportunidades ao longo desses mais de cinquenta anos de relações diplomáticas. Por um lado, a parceria sino-brasileira possibilitou a ampliação do comércio bilateral, do fluxo de investimentos e das possibilidades de cooperação tecnológica, por outro lado, é uma variável relevante para pensar o aprofundamento de algumas assimetrias estruturais que perpassam os países da América Latina desde a década de 80. O então governo brasileiro tem como marca uma política externa diametralmente oposta à formulada pelo governo anterior, o que demonstra uma clara tentativa de incorporação de temas estratégicos ligados à transição energética, inovação tecnológica, integração financeira e coordenação em fóruns multilaterais. O governo Lula III marcou a retomada do diálogo político de alto nível, a exemplo disso a visita de Estado realizada em abril de 2023 por Lula a Pequim e Xangai e a visita de Xi Jinping ao Brasil em novembro de 2024 com participação na cúpula do G20 no Rio de Janeiro e, em seguida, para a visita de Estado em Brasília, quando as relações foram elevadas ao nível de "Comunidade de Futuro Compartilhado".



Figura 8 – Assinatura do Plano de cooperação em projetos de infraestrutura e indústria, Palácio da Alvorada, 2024. (Fonte: Jornal Folha de São Paulo)



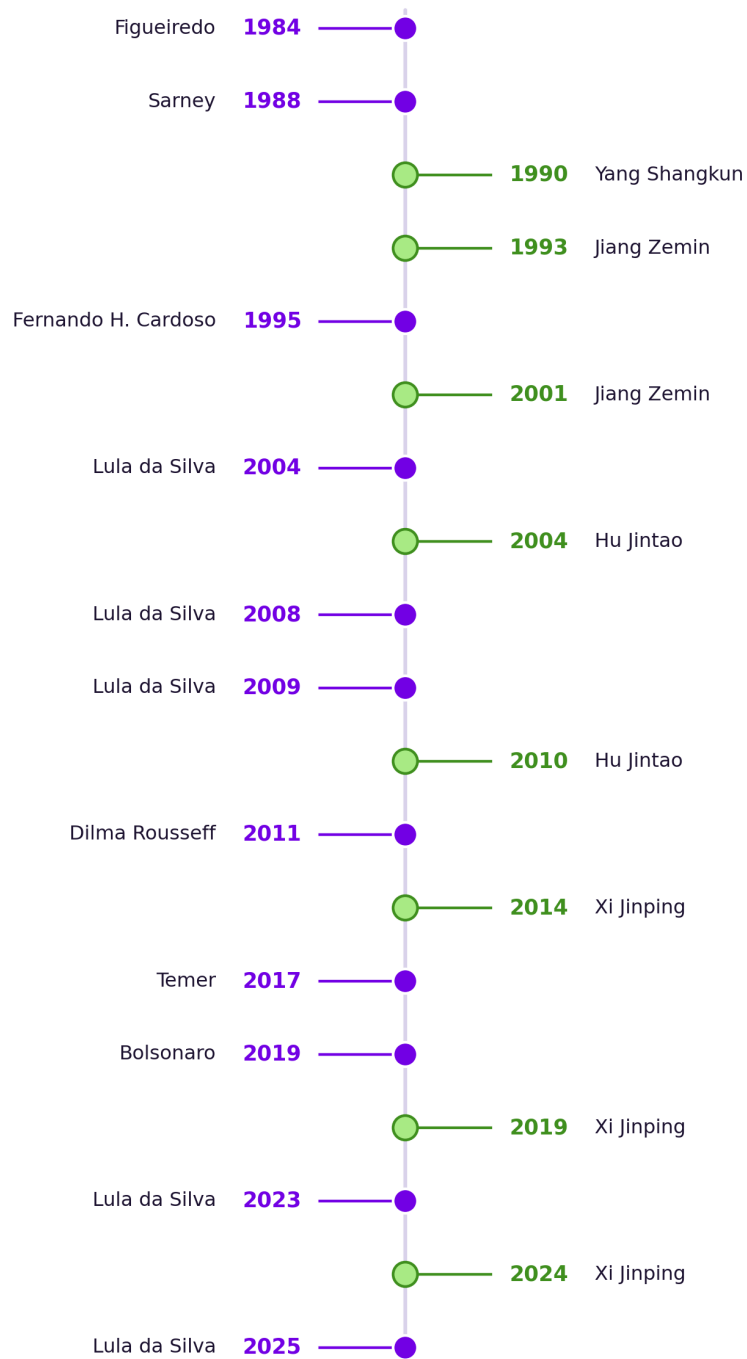
Figura 9 – Lula e Xi Jinping no Palácio da Alvorada, 2024. (Fonte: Esquerda Diário)

Visitas presidenciais

Brasil · China

Cronologia das visitas de Estado, 1984–2025

● Presidente brasileiro na China ● Presidente chinês no Brasil



Fonte: elaborado pelas autoras com base no Ministério das Relações Exteriores

Referências

- Barbieri, André. "Lula-Xi Jinping: a nova relação entre China e Brasil." *Esquerda Diário*, 10 de agosto de 2025. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://www.esquerdadiario.com.br/Lula-Xi-Jinping-a-nova-relacao-entre-China-Brasil>.
- Borges, Fábio, Luiza Maria Martins e Felipe Nagual Paranhos Rabelo. "As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China (2002-2023): continuidades, rupturas e desafios para o governo Lula 3." *Princípios* 43, no. 169 (2024): 25–46.
- Brasil, Ministério das Relações Exteriores. República Popular da China. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, s.d. Acesso em 6 de maio de 2026. <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china>.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Balança comercial preliminar – parcial do mês. 2026. https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html.
- Brasil, Presidência da República. COSBAN. s.d. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/aceso-a-informacao/outros/cosban>.
- . História do BRICS. s.d. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cupulas-do-brics/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>.
- . Visita do Figueiredo à República Popular da China: maio 1984. Brasília, DF: Gabinete Civil, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1984. <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/visita-do-figueiredo-a-republica-popular-da-china-maio-1984>.
- . "VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)." Planalto, 6 de junho de 2024. Acesso em 12 de maio de 2026. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/noticias/vii-sessao-plenaria-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban>.
- Carneiro, Igor da Motta Magalhães, Elisa de Sousa Ribeiro e Hugo de Freitas Peres. "Brasil e China: o histórico de quase meio século de relações diplomáticas." *Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor* (2021): 137–164.
- CEBRI. Por que o BRICS é estratégico para o Brasil? s.d. Acesso em 5 de abril de 2026. https://cebri.org/media/documentos/arquivos/AC_BRICS.pdf.
- Delfim Netto, Antônio. "Giulite, um fidalgo." *Folha de S.Paulo*, 15 de abril de 2009. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1504200906.htm>.
- Deng, Xiaoping. *Selected Works of Deng Xiaoping (1975-1982)*. Vol. 2. Beijing: Foreign Languages Press, 1984.
- Escher, Fabiano e John Wilkinson. "A economia política do complexo soja-carne Brasil-China." *Revista de Economia e Sociologia Rural* 57, no. 4 (2019): 656–678. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>.
- Folha de S.Paulo. "Brasil e China completam 50 anos de relações diplomáticas de olho em visita de Xi." São Paulo, 10 de agosto de 2024. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/08/brasil-e-china-completam-50-anos-de-relacoes-diplomaticas-de-olho-em-visita-de-xi.shtml>.
- . "Xi Jinping faz visita de Estado ao Brasil." *Fotografia Folha*, 20 de novembro de 2024. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1816280105582227-xi-jinping-faz-visita-de-estado-ao-brasil>.



Hiratuka, Célio. "Relações econômicas entre Brasil e China nas duas primeiras décadas do século XXI: uma perspectiva a partir dos desafios contemporâneos para a reindustrialização brasileira." *Economia e Sociedade* 33 (2024).

Konchinski, Vinicius. "China é maior parceira comercial do Brasil há 15 anos e compra mais do que o dobro dos EUA." *Brasil de Fato*, 11 de maio de 2025. Acesso em 8 de abril de 2026. <https://www.brasildefato.com.br/2025/05/11/china-e-maior-parceira-comercial-do-brasil-ha-15-anos-e-compra-mais-do-que-o-dobro-dos-eua/>.

Lima, Sérgio Eduardo Moreira, org. *Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos*. Brasília, DF: FUNAG, 2016.

Oliveira, Henrique Altemani de. *Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica*. Fino Traço Editora, 2012.

Passos, Paulo. "Pragmatismo, recado aos EUA e café levaram ditadura brasileira a reatar com a China." *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 de agosto de 2024. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/08/pragmatismo-recado-aos-eua-e-cafe-levaram-ditadura-brasileira-a-reatar-com-a-china.shtml>.

Pinheiro, Letícia. "'Ao vencedor, as batatas': o reconhecimento da independência de Angola." *Estudos Históricos* 1, no. 39 (2007): 83–120.

Saraiva, Miriam Gomes e Felipe Leal Albuquerque. "Como mudar uma política externa?" *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, no. 1 (2022): 148–166.

Silva, Joyce Helena Ferreira da. "Alterações na estrutura produtiva no Brasil e na China: um estudo comparativo das políticas industriais recentes." Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

Spektor, Matias. "Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)." *Revista Brasileira de Política Internacional* 47 (2004): 191–222.

Stuckert, Ricardo. Presidente Lula durante viagem à China. Agência Brasil – EBC, 13 de maio de 2025. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/es/foto/2025-05/presidente-lula-durante-viagem-china-1747152067-6>.

Sugimoto, Thaís Nascimento e Antonio Carlos Diegues. "A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva." *Nova Economia* 32, no. 2 (2022).

Vigevani, Tullo e Gabriel Cepaluni. "A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação." *Contexto Internacional* 29, no. 2 (2007): 273–335.



LÓTUS

VOLUME I - LAB. ÁSIA